

Universidade do Grande Rio
Pró-reitoria de Pós-graduação e Pesquisa
Programa de Pós-Graduação em Administração

Nelson Soeiro Araujo Junior

**A PRECARIZAÇÃO NO ENSINO SUPERIOR: UMA ANÁLISE SOBRE
O TRABALHO DOCENTE À DISTÂNCIA**

Duque de Caxias
2023

Nelson Soeiro Araujo Junior

A PRECARIZAÇÃO NO ENSINO SUPERIOR: UMA ANÁLISE SOBRE O TRABALHO DOCENTE À DISTÂNCIA

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Administração do Programa de Pós-graduação da Unigranrio, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de mestre.

Área de concentração: Estratégia

Orientador: Prof. Dr. Sergio Eduardo de Pinho
Velho Wanderley

Duque de Caxias
2023

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UNIGRANRIO – NÚCLEO DE COORDENAÇÃO DE BIBLIOTECAS

A663p Araujo Junior, Nelson Soeiro.

A precarização no ensino superior: uma análise sobre o trabalho docente à distância / Nelson Soeiro Araujo Junior. – Duque de Caxias, Rio de Janeiro, 2023.

87 f.

Orientador: Prof. Dr. Sergio Eduardo de Pinho Velho Wanderley.

Dissertação (mestrado) – Universidade do Grande Rio “Prof. José de Souza Herdy”, Escola de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Administração, Rio de Janeiro, 2023.

1. Educação à distância. 2. Educação superior. 3. Ensino privado. 4. Mercantilização do ensino superior. 5. Precarização do trabalho docente. I. Wanderley, Sergio Eduardo de Pinho Velho. II. Título. III. Universidade do Grande Rio “Prof. José de Souza Herdy”.

CDD: 658

Nelson Soeiro Araujo Junior

A precarização do ensino superior
Uma análise sobre o trabalho docente à distância

Dissertação apresentada à Universidade do Grande Rio “UNIGRANRIO / AFYA”, como parte dos requisitos parciais para a obtenção do grau de Mestre em Administração.

Rio de Janeiro, 25 de março de 2024.

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Sergio Eduardo de Pinho Velho Wanderley
Universidade do Grande Rio – UNIGRANRIO
Orientador – Presidente da Banca



Prof. Dra. Ana Carolina de Gouvêa Dantas Motta
Universidade do Grande Rio – UNIGRANRIO



Prof. Dra. Ana Christina Celano Teixeira
Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais - IBMEC

RESUMO

O estudo empreendido teve como objetivo investigar como a modalidade do ensino à distância precarizou o trabalho dos docentes no ensino superior privado. O estudo parte de uma análise do processo de mercantilização do ensino superior no Brasil, abarcando elementos que influenciam a precarização, como o crescimento da educação à distância e a formação de oligopólios em instituições de ensino superior. A pesquisa teve como instrumentos de coleta de dados questionários com perguntas objetivas e entrevistas, o que conferiu ao estudo as ordens quantitativa e qualitativa. Com base na análise da literatura e dados colhidos no questionário e nas entrevistas conclui-se que o modelo de ensino superior na educação à distância precarizou o trabalho docente, implicando em sobrecarga de trabalho, acumulação de funções, perda de autonomia e, em muitos casos, burnout. Essa conjuntura é percebida como debilitadora do papel de educador do docente do ensino superior.

Palavras-chave: Mercantilização do ensino superior, precarização do trabalho docente, Educação à distância, Educação superior, Ensino Privado.

ABSTRACT

The study aimed to investigate how distance learning made the work of teachers in private higher education precarious. The study starts from an analysis of the process of commercialization of higher education in Brazil, covering elements that influence precariousness, such as the growth of distance education and the formation of oligopolies in higher education institutions. The research used questionnaires with objective questions and interviews as data collection instruments, which gave the study quantitative and qualitative orders. Based on the analysis of literature and data collected in the questionnaire and interviews, it is concluded that the higher education model in distance education has made teaching work precarious, resulting in work overload, accumulation of functions, loss of autonomy and, in many cases, , burnout. This situation is perceived as weakening the educational role of higher education teachers.

Keywords: Mercantilization of higher education, precariousness of teaching work, Distance education, Higher education, Private Education

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Matrículas no ensino superior com financiamento educativo	21
Gráfico 2: Alunos matriculados nas IES privadas por tipo de financiamento	24
Gráfico 3: IES por porte	26
Gráfico 4: Vagas no ensino superior por modalidade de ensino – 2014-2022	29
Gráfico 5: Evolução do número de cursos de Graduação – 2000-2022	29
Gráfico 6: Evolução dos polos de ensino superior à distância – 2018-2023	31
Gráfico 7: Número de docentes em atuação no ensino superior – 2012-2022	37
Gráfico 8: Identificação de gênero	44
Gráfico 9: Tempo de atuação no ensino à distância	45
Gráfico 10: Tempo de experiência com o ensino à distância	46
Gráfico 11: Nível acadêmico	46
Gráfico 12: Tipos de cargo, e acúmulo deles, entre os docentes	47
Gráfico 13: Número de vínculos empregatícios	48
Gráfico 14: Tipo de vínculo empregatício com as IES privadas	48
Gráfico 15: Horas semanais trabalhadas	49
Gráfico 16: Quantidade de alunos assistida pelos docentes	50
Gráfico 17: Concordam que o ensino à distância positiva para o ensino superior	50
Gráfico 18: Ensino à distância inclui as classes C e D no ensino superior	51
Gráfico 19: Há boa definição na estrutura pedagógica do ensino à distância	52
Gráfico 20: Há intensificação no trabalho do docente no ensino à distância	52
Gráfico 21: A modalidade do ensino à distância precariza o ensino superior	53
Gráfico 22: Há perda dos direitos trabalhistas no ensino à distância	54
Gráfico 23: Há perda de autonomia dos docentes no ensino à distância	54

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Pareceres do grupo investigado sobre o ensino à distância	56
Quadro 2: Perfil das IES privadas	58
Quadro 3: Perfil dos docentes entrevistados	58

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Matrículas no ensino superior público e privado no Brasil 1964-1994	20
Tabela 2: Maiores grupo de IES privadas no Brasil - 2018	25
Tabela 3: Ranking das IES privadas com cursos de graduação à distância - 2021	31

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CLT - Consolidação das Leis do Trabalho

EUA - Estados Unidos da América

FIES - Fundo de Financiamento Estudantil

IES - Instituições de Ensino Superior

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MBA - Master in Business Administration

OIT - Organização Internacional do Trabalho

PNE - Plano Nacional de Educação

PROUNI - Programa Universidade Para Todos

SEMESP - Sindicato das Mantenedoras de Ensino Superior

TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TDIC - Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS	1
1 INTRODUÇÃO	11
1.1 Contextualização Geral	11
1.2 Questão da Pesquisa	13
1.3 Objetivo Geral e Objetivos Específicos	13
1.4 Delimitação da Pesquisa	13
1.5 Relevância da Pesquisa	14
1.6 Organização da Pesquisa	15
2 REFERENCIAL TEÓRICO	15
2.1 A Mercantilização do Ensino Superior como Estopim da Precarização	16
2.2 A Formação dos Oligopólios no Semento do Ensino Superior	22
2.3 O Crescimento da Modalidade do Ensino a Distância	27
2.4 Precarização e Flexibilização do trabalho	32
2.5 Corpo Docente Precariado	34
3 MATERIAL E MÉTODOS	38
3.1 Ordens metodológicas	39
3.2 Cenário e Sujeitos do Estudo	41
3.3 Instrumentos de coleta de dados	42
4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS	44
4.1 Questionário	44
4.2 Entrevistas	58
4.2.1 O profissional de Educação e sua Desvalorização, tratando da precarização do docente a partir de seus próprios olhares.	59
4.2.2 O ensino superior como um produto, explorando a mercantilização do ensino e suas facetas na precarização dos docentes	65
4.3 Confrontando questionário e entrevistas	71
CONSIDERAÇÕES FINAIS	72
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	74
APÊNDICE 1	79
APÊNDICE 2	80
APÊNDICE 3	83

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Minha vida acadêmica na educação superior teve início em 2011, atuando como tutor presencial. Nesta época, os cursos presenciais tinham sua hegemonia em universidades públicas e privadas, sendo a educação à distância bem modesta. Isto porque, ela ainda engatinhava, já que não contava com todos os recursos tecnológicos presentes na atualidade. Ao longo do tempo, enquanto lecionava no ensino superior, pude perceber a inserção exponencial da educação à distância, a qual foi se sobrepondo às aulas presenciais nas instituições de ensino. Uma conjuntura que me fez refletir acerca do trabalho do profissional docente, intuindo-me a questionar sobre a precarização do trabalho dos professores devido a ascensão da educação à distância. Abracei tal reflexão porque, no início de minha carreira trabalhando em instituições de nível superior, vivenciei um mercado aquecido pelo conhecimento, havendo salas cheias de alunos no presencial e professores contratados com carreiras longas e duradouras. Porém, com o passar do tempo, existiu uma contramão deste cenário de início de carreira, pois as tecnologias tornaram-se acessíveis a todos aumentando as aulas *online*, o que imprimiu um fortalecimento da educação à distância nas instituições de ensino. Surgindo, assim, o fortalecimento da modalidade de docência à distância, que acabou afetando os professores do ensino superior, intensificando a jornada de trabalho e ocasionando perda de direitos. Neste horizonte, ampliando meus estudos com o mestrado em Administração, decidi fazer uma reflexão sobre o cenário atual do setor universitário privado, analisando a precarização do trabalho docente nas instituições de nível superior.

1 INTRODUÇÃO

A presente seção ressaltou as diretrizes basilares do estudo, oferecendo quais foram as intenções iniciais pré-estabelecidas para a investigação empreendida. De tal forma, foram eleitos alguns direcionamentos para o estudo, tais como: a contextualização geral; a questão de pesquisa; os objetivos (geral e específicos); a delimitação da pesquisa; a relevância da pesquisa; a metodologia; e o escopo da pesquisa. Em especial, a introdução salientou a questão da pesquisa, a qual motivou a incursão pela temática eleita e trouxe foco para a investigação, tendo sido devidamente respondida na conclusão do estudo.

1.1 Contextualização Geral

O Censo da Educação Superior de 2022, feito pelo Ministério da Educação e pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), trouxe dados significativos quanto ao crescimento do ensino superior, incluindo dados sobre a modalidade de ensino à distância (EAD) no Brasil. O levantamento destacou como volume de 870.659 (3,81%) vagas nas Instituições de Ensino Superior (IES) públicas e nas privadas 21.959.144 (96,19%), totalizando 22.829.803 (100%). Dentre o valor total de vagas (22.829.803), 17.171.895 (75,2%) se relacionavam com o ensino à distância. Logo, percebe-se que há maioria de IES privadas, existindo, ainda, a predominância da modalidade do ensino à distância (BRASIL, 2023).

Portanto, a predominância das matrículas nas instituições mercantis traduz um ambiente voltado à lucratividade (CALDERÓN, 2000). Ou seja, são IES diretamente ligadas ao capital e a acumulação dele, possuindo a sua visão sobre o ensino tal qual como um negócio (MOURA, SANTOS e NASCIMENTO, 2022). Assim sendo, a educação virou um produto ofertado ao mercado, tendo como a priori satisfazer as necessidades do mercado e do capital (OLIVEIRA e SANTOS, 2022).

A mercantilização do ensino superior tem sido um marco para as IES privadas, havendo, também, a particularidade da ampliação da educação à distância, cenário que abarca um horizonte comercial duradouro e lucrativo (ARAÚJO e JEZINE, 2021).

A modalidade de ensino à distância, nas IES particulares, é apresentada como uma forma de romper barreiras físicas e de ampliar o acesso à educação para maior número de pessoas. Sendo um modelo de aprendizagem que utiliza tecnologias, comunicação e interação entre os participantes em qualquer momento e local, o que influenciou no formato das aulas ofertadas aos alunos, não sendo mais feitas em salas físicas no formato presencial. Uma situação que ocasionou em mudança na forma de os professores ministrarem suas aulas (CRUZ, 2022).

Docentes presenciais, que são responsáveis pela construção do saber dentro das salas de aula, avaliando e acompanhando o corpo discente, viram uma mudança brusca na forma de trabalhar devido a modalidade à distância ter particularidades. O docente à distância possui grandes desafios, dentre os quais destacam-se: o uso de tecnologias diversas; a didática pedagógica; e a comunicação com os alunos de maneira distanciada (PENTEADO e COSTA, 2021).

Justamente, neste novo cenário da docência, é que surge um olhar diferenciado acerca da situação de trabalho do professor no ensino superior. Isto porque, o aumento na quantidade de alunos no ensino à distância reverbera como maior lucratividade para as IES mercantilistas, todavia, para os professores, o impacto não tem a mesma positividade. Haja vista que não corresponde a mais emprego, a aumento de salário e nem a melhores condições de trabalho para os professores universitários. Inclusive, sendo uma ambientação associada aos contratos temporários de trabalho, diminuindo o vínculo empregatício entre as IES privadas e os professores, o que obstrui os direitos trabalhistas deles. Assim, chega-se à conjuntura relacionada com a precarização do trabalho docente (STANDING, 2013). Entendendo-se por precarização do trabalho os desafios impostos ao trabalhador, os quais abarcam experiências difíceis na execução do labor, ou ainda, perdas de direitos e/ou garantias (ANTUNES, 2005).

De tal maneira, o contexto temático eleito para o estudo foi o impacto do ensino à distância para os professores, tomando por norte o ensino superior mercantilizado pelas IES privadas. Precisamente, se fez uma imersão na questão da precarização do trabalho docente nesta ambientação temática.

1.2 Questão da Pesquisa

Com base na contextualização, o presente estudo avança um questionamento distinto. Almejando, não só contribuir para melhorar a qualidade da educação, mas, sobretudo, para promover o bem-estar dos docentes. Tomando como ideia fundamental na investigação a busca por elementos que precarizam o docente, vislumbrando a garantia da equidade na conjuntura educação à distância. De tal forma, o estudo trouxe a seguinte questão da pesquisa: 'Como o modelo de ensino superior na educação à distância precarizou o trabalho docente?'

1.3 Objetivo Geral e Objetivos Específicos

Objetivo geral do presente estudo foi abordar a precarização do trabalho docente na modalidade do ensino superior à distância, tendo como referência a ambientação das IES privadas. Nesse sentido, como objetivo geral o presente trabalho tem o intuito de:

- Abordar a precarização do trabalho e a mercantilização do ensino superior, mapeando e evidenciando a precarização do trabalho docente junto a realidade das IES privadas

Já como objetivos específicos, o estudo adotou os seguintes:

- Elaborar uma radiografia do mercado de ensino superior, para entender o cenário mercadológico do ensino superior no Brasil;
- Analisar a literatura sobre precarização e mercantilização do ensino superior;
- Mapear a precarização do trabalho docente junto a realidade das IES privadas, adotando pesquisas quantitativa e qualitativa, com aplicação de questionário e entrevistas;

- Avaliar a realidade encontrada no mapeamento, evidenciando o entendimento dos professores no que tange à precarização do trabalho docente na educação à distância nas IES privadas.

1.4 Delimitação da Pesquisa

O estudo, ao abordar a precarização e a mercantilização do ensino superior, trazendo a modalidade de ensino à distância, estabeleceu uma investigação empírica com delimitação restrita ao território nacional. Logo, a delimitação abarcou como sujeitos da pesquisa professores de IES privadas.

1.5 Relevância da Pesquisa

O ensino superior privado no Brasil passou por mudanças ao longo de sua trajetória. Seu papel socioeducativo e práticas de ensino são reformulados e moldados, para assim acompanhar a metamorfose da sociedade, sendo essas, relacionadas com as mudanças no mercado de trabalho, na economia e nas tecnologias atuais.

Neste cenário, o ensino superior se transforma num produto comercial, firmando-se como um negócio, trazendo à tona a mercantilização do ensino (CALDERÓN, 2000). Há, portanto, a adoção do viés pautado na lucratividade, na competição e nas estratégias de mercado (OLIVEIRA e SANTOS, 2022). Logo, o ensino se estabeleceu como um produto para as IES privadas e os alunos tornaram-se consumidores.

Conforme o Censo da Educação Superior de 2022, elaborado pelo Ministério da Educação e pelo INEP, o número de vagas oferecidas em cursos de graduação, na modalidade à distância, corresponde a 75,2% do total oferecido (BRASIL, 2023). Tal fato implica, necessariamente, numa adaptação dos professores com relação a forma de didática, o uso de tecnologias e o formato de remuneração. Além disso, as aulas, nos cursos de ensino à distância, alcançam maior quantidade de alunos do que quando feitas presencialmente nas salas de aula, isto é feito, sem que os professores tenham maior remuneração. Ainda, o grande número de matriculados no ensino superior não significa maior demanda por professores, até mesmo, porque é uma situação contrária, pois houve redução nas contratações. O Censo

2022 do INEP (Brasil, 2023) mostra uma redução de cerca de 40 mil professores nas IES privadas desde 2015, apesar do aumento de quase dois milhões de alunos no mesmo período. Portanto, tais situações acabam por coadunar com a precarização do trabalho do professor das IES privadas.

Sendo a precarização do trabalho um viés importante para o presente estudo, pois abre espaço para o debate acerca da perda de direitos trabalhistas e da intensificação do trabalho dos professores universitários. Ou seja, coloca-se como preponderante entender este novo ambiente do ensino superior na modalidade à distância, mais que isso, se estabelece como imperante saber como os professores universitários estão se amalgamando neste cenário. Assim sendo, a presente pesquisa colocou-se como relevante, trazendo a realidade acerca da precarização do trabalho docente no ensino superior à distância, conferindo a perda de direitos, os vínculos empregatícios frágeis e as condições precárias.

1.6 Organização da Pesquisa

O estudo empreendido adotou uma organização em seis seções específicas, sendo a primeira a Introdução corrente. A segunda seção denominou-se como Referencial Teórico, a qual explorou assuntos relacionados com a temática da precarização do trabalho do docente das IES privadas coletados em meio às pesquisas bibliográfica e documental. A terceira seção firmou o item Material e Métodos, fazendo uma incursão sobre a temática eleita junto a realidade dos professores das IES privadas. A quarta seção destacou o item Apresentação e Análise de Resultados, explanando sobre as experiências de vida encontradas, trazendo o impacto da precarização no trabalho dos professores das IES privadas. A quinta seção relacionou-se com a parte do estudo tida como Considerações Finais, que trouxe uma análise conclusiva sobre todos os segmentos anteriores da dissertação. A sexta e última seção firmou-se como uma lista, que foi denominada como Referências Bibliográficas, apresentando todas as fontes de informações adotadas na construção da dissertação.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A presente seção se estruturou tal como um compêndio literário, abarcando em sua estrutura conteúdos obtidos em fontes dos tipos secundárias e originais, explorando, portanto, as fontes dos tipos bibliográficas e documentais. De tal modo, a estrutura literária empreendida explanou sobre a precarização do trabalho docente no ensino à distância, destacando neste contexto o fortalecimento do mercantilismo nas IES privadas.

Assim, o Referencial Teórico se iniciou explorando o assunto mercantilização do ensino superior, tido como um ponto nevrálgico dentro da temática do estudo, apontando que as IES privadas se tornaram um negócio voltado à lucratividade. Em seguida, a seção tratou do resultado da mercantilização junto ao ensino superior, oferecendo uma apreciação acerca da formação de oligopólios. Posteriormente, a abordagem deu espaço para a explanação sobre a modalidade do ensino à distância e o seu crescimento junto as IES privadas. Depois, a seção apontou conceituações sobre precarização e flexibilização do trabalho. E, por último, a seção tratou do assunto precarização do trabalho do docente no estreito do ensino superior à distância.

2.1 A Mercantilização do Ensino Superior como Estopim da Precarização

A mercantilização do ensino superior refere-se ao processo pelo qual a educação superior se estabeleceu como uma mercadoria, ou seja, um produto a ser comercializado. Sabendo-se, que os produtos e as mercadorias se direcionam ao consumo, portanto, têm por função básica: “(...) satisfazer as necessidades humanas, sintetizando em si o valor de uso e de troca” (OLIVEIRA e SANTOS, 2022, p. 11). Deste modo, os produtos e as mercadorias relacionam-se com a função de comércio, ligando-se ao capital e a acumulação, estreitando-se com o conceito de mercantilização, sendo: “(...) o mecanismo pelo qual tudo tende a se transformar em mercadoria no modo de produção capitalista” (OYAMA, 2012, p. 82).

Assim sendo, mercantilização do ensino no Brasil acabou encontrando terreno fértil na iniciativa privada direcionada ao ensino superior (CRUZ e PAULA,

2018). Justamente, é neste ponto, que as IES privadas se transformam em produtoras, vendedoras do produto ensino, possuindo como foco principal a lucratividade (CALDERÓN, 2000; OLIVEIRA e SANTOS, 2022).

Com o mundo em constante transformação, os conhecimentos surgiram e pautaram novos horizontes educacionais, havendo um maior interesse pela especialização profissional ofertada pelo ensino superior. Sendo algumas destas transformações vinculadas a fatores como: globalização da vida e do trabalho; crescente e desigual urbanização; predomínio do conhecimento; e internacionalização da educação (BECHI, 2011).

O atual estado de expansão e privatização do Ensino Superior no país vem transformando a Educação em mercadoria, ou seja, em unidade de negócios de cursos e atividades. Para que as instituições, gerenciadas por uma proposta de gestão empresarial, possam garantir sua sustentabilidade econômica e financeira, o produto ofertado deve ser flexível às exigências ditadas pelo mercado (BECHI, 2011, p. 140).

Podendo-se, de tal modo, aventar, a partir de transformações sociais, políticas e culturais, que a mercantilização do ensino superior se colocou como um estopim na normatização do conhecimento enquanto um elemento comercializável (BECHI, 2011). Impulsionando a mercantilização do ensino superior o contexto brasileiro de economia globalizada, o qual tem por características o uso da tecnologia da informação e o fomento da competitividade (CARVALHO, 2013).

O século XX presenciou momentos que inflaram o efeito do capital no cenário socioeconômico, como, por exemplo, a crise de 1929 e a Segunda Guerra Mundial. Momentos da História que evidenciaram os limites do capital, a sua falta de controle e a sua força destrutiva, confirmando a sua capacidade de influência no cenário socioeconômico. Neste enredo, os Estados Unidos da América (EUA) se destacam no contexto político e econômico mundial, passando a realizar políticas externas de ajuda e controle dos Países em desenvolvimento, isto feito através de iniciativas como a chamada 'aliança para o progresso' e posteriormente o 'consenso de Washington'. Justamente, uma conjuntura que denota a força do capital na estrutura das sociedades mundiais, o que, por conseguinte, impacta nas relações de trabalho (OLIVEIRA e SANTOS, 2022).

De certo, a correlação entre educação, trabalho e capital representa princípios e funcionalidades relevantes para a formação do sistema comercial do ensino superior (BENINI et al, 2020). Alimentando, assim, “(...) as exigências da sociedade capitalista da adaptação, do descartável, do imediato, da profunda alienação humana” (MARTINS e DUARTE, 2010, p. 158). Logo, o estreito educacional no Brasil entra neste processo mercantilista, que é endossado pelo capitalismo, vinculando-se com estratégias e políticas que salientam uma posição subordinante à ordem econômica estabelecida (OLIVEIRA e SANTOS, 2022).

Cronologicamente, a intensificação da mercantilização do ensino superior no Brasil possui tênue ligação com o desenvolvimento do sistema de ensino brasileiro. Em especial, devido à implementação de políticas e reformas educacionais, as quais alavancaram as IES privadas na década de 1960. Tendo como referencial jurídico, a Lei nº 4.024 de 1961, tida como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que abriu precedentes para os interesses mercantilistas na seara do setor da educação no país. A Lei nº 4.024 de 1961, que deu início ao processo de privatização na educação, coaduna com a Lei nº 5.540 de 1968, conhecida como a Lei da Reforma Universitária, promulgada durante o regime militar. Porém, a Lei nº 4.024 de 1961 foi revogada pela Lei nº 9.394 de 1996, com exceção para o seu artigo 16¹, que já havia sofrido acréscimo com a Lei nº 9.192 de 1995 (BRASIL, 1961; BRASIL, 1968; BRASIL, 1996).

Acrescenta-se, ainda, que foi a Lei nº 5.540 de 1968 que contribuiu com as medidas de flexibilização curricular, com o sistema de crédito e a semestralidade, além da criação dos departamentos dos cursos de curta duração e do vestibular classificatório. Estabelecendo, também, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, regime de tempo integral e dedicação exclusiva dos professores, obtendo como priori do resultado, a expansão do ensino superior (OLIVEIRA e SANTOS, 2022).

A Tabela 1 traz um panorama das matrículas públicas e privadas no decorrer deste início da mercantilização do ensino superior no Brasil, que teve por norte as o referencial jurídico das Leis nº 4.024 de 1961, nº 5.540 de 1968 e nº 9.394 (BRASIL, 1961; BRASIL, 1968; BRASIL, 1996).

¹ Trata da orientação para nomeação de Reitores e Vice-Reitores de universidades, assim como de Diretores e Vice-Diretores.

Tabela 1: Matrículas no ensino superior público e privado no Brasil 1964-1994

Ano	Total de matrículas	Matrículas públicas		Matrículas privadas	
		Total	%	Total	%
-	-				
1964	142.386	87.665	61,6	54.721	38,4
1974	937.593	341.028	36,4	596.565	63,5
1984	1.399.539	571.879	40,9	827.660	59,1
1994	1.661.034	690.450	41,6	970.584	58,4

Fonte: Oliveira e Santos (2022)

Com as políticas públicas contribuindo para a expansão da mercantilização da educação, a quantidade de IES privadas no país cresceu, conforme pode ser percebido na Tabela 1 no decorrer do período entre 1964 e 1994. Confere-se, assim, que as IES privadas tiveram um salto de 54.721 mil para 970.584 matrículas, salientando aumento expressivo dentro de um período de 40 anos (OLIVEIRA e SANTOS, 2022).

Acrescenta-se, que na década de 1990, observou-se um incentivo significativo às mudanças socioeconômicas de natureza neoliberal, que colocaram em destaque a mercantilização do ensino superior. Na perspectiva de Harvey (2008), Duménil e Lévy (2014), e Anderson (1995) o neoliberalismo enfatiza a ampliação da mercadorização e a conseqüente acumulação por espoliação.

Esse período testemunhou a expansão e a renovação dos mercados globais, a privatização, a financeirização e a implementação de modelos de gestão que intensificaram a exploração do trabalho. Logo, “após a implementação de políticas educacionais de cunho neoliberal. Tais iniciativas proporcionaram expressivo aumento do número de IES particulares ou privadas/mercantis” (BECHI, 2011, p. 1).

Ainda, no final da década de 1990, o governo de Fernando Henrique Cardoso, que presidiu o país de 1995 a 2002, trouxe à luz uma reforma gerencial no

Brasil, a qual afetou o ensino superior, favorecendo o aquecimento do setor privado (CARVALHO, 2013).

Outro elemento importante da década de 1990, ocorreu com a promulgação do Decreto nº 2.207 de 1997, que foi revogado pelo Decreto nº 2.306 de 1997, quando se regularizou alguns dispositivos para a LDB, tendo como resultado: a autorização e a criação dos cursos sequenciais; o ensino à distância; e a classificação de cinco tipos de IES, sendo universidades, centros universitários, faculdades integradas, faculdades e institutos superiores ou escolas superiores (OLIVEIRA E SANTOS, 2022).

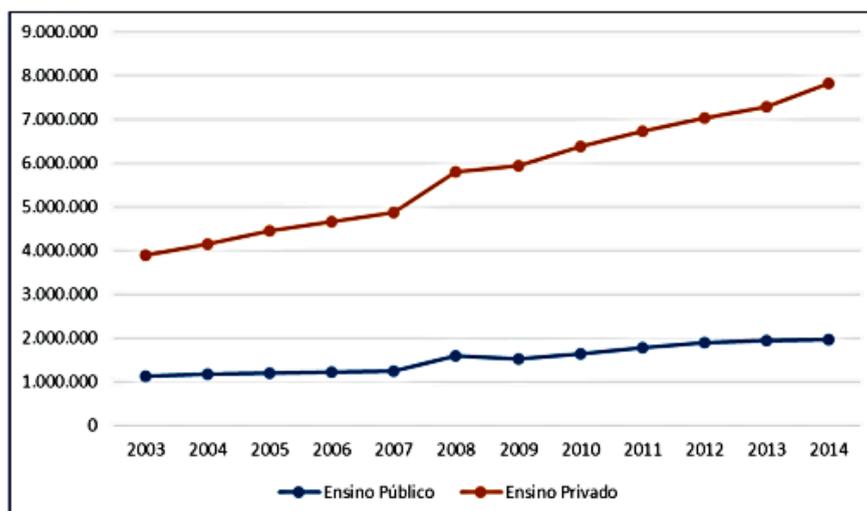
Complementando, a título de esclarecimento, que os Decretos mencionados foram revogados pela Lei nº 5.773 de 2006, que, por sua vez, foi revogada pela Lei nº 9.235 de 2017, que atualmente normatiza o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino (BRASIL, 2017).

Em 2001, foi promulgada a Lei nº 10.172 de 2001, que instituiu o formato de planejamento educacional estratégico, denominado como Plano Nacional de Educação (PNE), com a função de estabelecer: “(...) diretrizes e metas para os dez anos seguintes, em sintonia com a Declaração Mundial sobre Educação para Todos”. Lei nº 10.172 de 2001 trouxe à luz novos horizontes ao ensino, incentivando sequência de novos PND (BRASIL, 2001). Já em 2002, com o governo de Luiz Inácio Lula da Silva, que presidiu o país de 2003 a 2010, um novo panorama para o ensino superior foi formado.

O governo mandatário estabeleceu diretrizes para promover programas de acesso ao ensino superior, como Programa Universidade para Todos (PROUNI); o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), ambos direcionados ao ensino privado. E, ainda, estabeleceu o Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), sendo este, direcionado a universidades públicas (COSTA e GOULART, 2018).

O Gráfico 1 destaca o panorama das matrículas no ensino superior após as medidas de financiamento educativo do governo, trazendo o panorama do período entre 2003 e 2014.

]Gráfico 1: Matrículas no ensino superior com financiamento educativo



Fonte: Costa e Goulart (2018).

Observa-se no Gráfico 1 que no período entre 2003 e 2014 houve um crescimento de matrículas no ensino superior, tanto no ensino público quanto no ensino privado. “Os dados evidenciam que a ampliação do acesso de fato ocorreu; mas, ao mesmo tempo, contribuiu, de modo significativo, para a ampliação da oferta em IES privadas” (COSTA e GOULART, 2018, p. 400).

Com novas tecnologias, o ensino superior expandiu fronteiras, criando novas perspectivas para o mercado educacional brasileiro, principalmente com a educação à distância regulamentada no Brasil pela Lei nº 9.394 de 1996 (BRASIL, 1996).

A conjuntura histórica das IES privadas oferece a conotação do movimento ascendente da mercantilização do ensino superior no Brasil, permitindo o entendimento de que houve uma busca crescente pela lucratividade nos negócios de comércio educacional (CALDERÓN, 2000).

Além disso, traz a compreensão de como se caracterizou a mercantilização do ensino superior no Brasil, destacando a crescente influência de logísticas e práticas de mercado e de políticas públicas, como as normatizações descritas (OLIVEIRA e SANTOS, 2022).

Em síntese, as inclusões normativas junto aos mecanismos de mercado e a competição entre as IES privadas, estenderam-se ao campo da cobrança de mensalidades e taxas. Existindo, assim, um caminhar nas IES privadas pela busca do lucro, tendo os estudantes como clientes. Assim sendo,

Como decorrência disso, a tendência mais recente da IES aponta para a abertura do mercado para IES privadas. Assim, muitas instituições se tornaram verdadeiras empresas educacionais, chegando até ao mercado de ações apoiadas por fundos nacionais e internacionais. Em associação com o governo federal, elas vêm lucrando com políticas educacionais do Estado brasileiro, como é o caso do PROUNI² e o FIES³, iniciativas que ao buscar ampliar o acesso à IES para promover uma pretensa democratização desse nível de ensino, privilegiam grupos empresariais vinculados à especulação financeira e o monopólio do setor educacional (OLIVEIRA E SANTOS, 2022, p. 11).

Nesta perspectiva econômica, com a mercantilização do ensino superior no Brasil, os principais atores do processo ensino e aprendizagem assumem novos posicionamentos. Isto porque, o aluno passa a ser um cliente e o professor torna-se um prestador de serviços (BECHI, 2011). De tal maneira, a mercantilização "(...) expressa uma concepção reducionista e precária de educação, que distorce e compromete a função social que o complexo educacional desempenha na formação humana" (OLIVEIRA e SANTOS, 2022, p. 1). Destaca-se também que:

A mercantilização manifesta-se na educação superior brasileira, cuja "referência identitária" para as instituições do setor privado é a empresa organizada de forma capitalista. Busca-se aproximação com o setor produtivo, não só por causa dos ingressos orçamentários, mas, também, como parâmetro para o que deve ser 'produzido' pelas IES" (CARVALHO, 2013, p. 762).

Logo, entende-se, que a mercantilização do ensino superior, manteve-se como uma tendência, sendo que a partir da virada do milênio, com novas regulamentações, as IES privadas tornaram-se maioria quando comparadas com as IES públicas. Tanto, que o Censo da Educação Superior de 2022, feito pelo Ministério da Educação e pelo INEP, apontou mais matrículas nas IES privadas (21.959.144) do que nas públicas (533.973) (BRASIL, 2023).

Já o levantamento Mapa do Ensino Superior no Brasil de 2023, estruturado pelo Instituto Sindicato das Mantenedoras de Ensino Superior (SEMESP), destaca que: "Do total de IES privadas, 61,3% são instituições com fins lucrativos. Na rede

² Programa Universidade Para Todos.

³ Fundo de Financiamento Estudantil.

pública, o maior percentual de IES é de instituições estaduais, 42,8%” (SEMESP, 2023, p. 11).

Desta maneira, percebe-se que as “(...) instituições de ensino superior privado-mercantil passaram a assumir novos arranjos financeiros e institucionais”, se sobrepondo quantitativamente às IES públicas (SOUZA, 2018, p. 14). Havendo uma maximização pela busca da lucratividade no ambiente do ensino superior. Situação que ocasiona um aumento contínuo das IES privadas no mercado brasileiro de educação, o que acaba por reverberar numa tendência de empresas maiores absorverem as menores, abrindo um cenário para a formação de oligopólios (SOUZA, 2018).

2.2 A Formação dos Oligopólios no Segmento do Ensino Superior

Como conceito, o oligopólio ocorre quando um pequeno grupo de empresas ou instituições detêm grande fatia do mercado. Dentro do escopo do ensino superior, há “indicações de que uma forma especial de oligopólio foi implantada, pela alta concentração do ‘mercado’ em uns poucos grupos empresariais” (BIELSCHOWSKY, 2020, p. 247). Existindo devido aos “novos contornos por meio da compra e venda de instituições de ensino, fusões formando grandes oligopólios e pela abertura de capital na bolsa de valores” (SGUISSARDI, 2008, p. 1.012).

Acrescenta-se, ainda, que a formação dos oligopólios é favorecida pelas políticas públicas brasileiras de financiamento educacional, como, por exemplo, o PROUNI e o FIES. Sendo que,

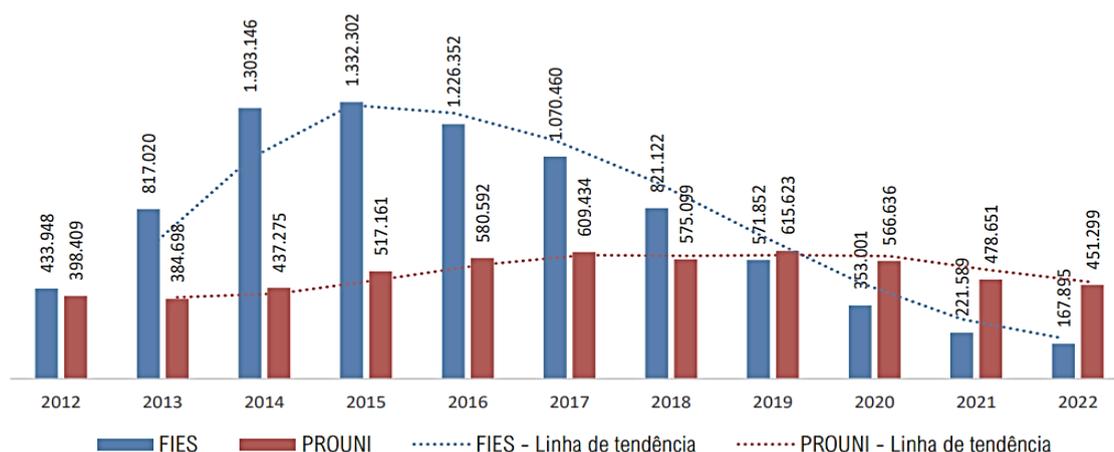
No Brasil pode ser observada pela mudança da política de financiamento; pelo predomínio no país de IES privadas; pela alta concentração de empresas educacionais, ou seja, IES com fins lucrativos; pela profissionalização da gestão dos estabelecimentos educacionais; [...] pela transformação de universidades e centros universitários em grandes conglomerados ou holdings; pela negociação das ações de IES privadas em bolsas de valores; pelo aumento do investimento dos fundos internacionais em educação no país (COSTA e GOULART, 2018, p. 407).

O Censo da Educação Superior de 2022, feito pelo Ministério da Educação e pelo INEP, confirma que uma alta parcela matrículas são divididas em apenas poucas instituições de ensino superior (BRASIL, 2023). Uma predominância

ocasionada, principalmente, por campanhas agressivas de marketing e programas de financiamento como o PROUNI e o FIES.

Existindo o intuito das IES privadas de conquistar o aluno tido como consumidor, ou seja, o cliente, o qual almeja ter o diploma de ensino superior para o seu crescimento pessoal e profissional (COSTA, 2018). O Gráfico 2 destaca o montante de alunos matriculados conforme os programas de financiamento do governo.

Gráfico 2: Alunos matriculados nas IES privadas por tipo de financiamento



Fonte: Brasil (2023).

Em 2018, alguns grupos educacionais, Kroton, Unip, Estácio, Laureate, Ser educacional e outros, detinham grande parcela dos alunos matriculados, cerca de 59,6% das novas matrículas das IES privadas (presencial e ensino à distância) (BIELSCHOWSKY, 2020). A Tabela 2 destaca os dez maiores grupos privados do mercado educacional no Brasil, tratando-se de um levantamento feito em 2018.

Tabela 2: Maiores grupo de IES privadas no Brasil - 2018

Grupos educacionais	Número de IES	Matrículas totais
Kroton	100	841.800
Unip	33	478.851
Universidade Estácio de Sá	38	451.346
Laureate	11	269.468
Cruzeiro do Sul	10	227.602
Leonardo da Vince	3	209.928
Uninter	1	185.580
Uninove	1	161.229
Ser Educacional	34	131.968
Unicensumar	7	106.367
Total das 10 IES	238	3.064.139
Total das outras IES particulares	2000	3.309.774

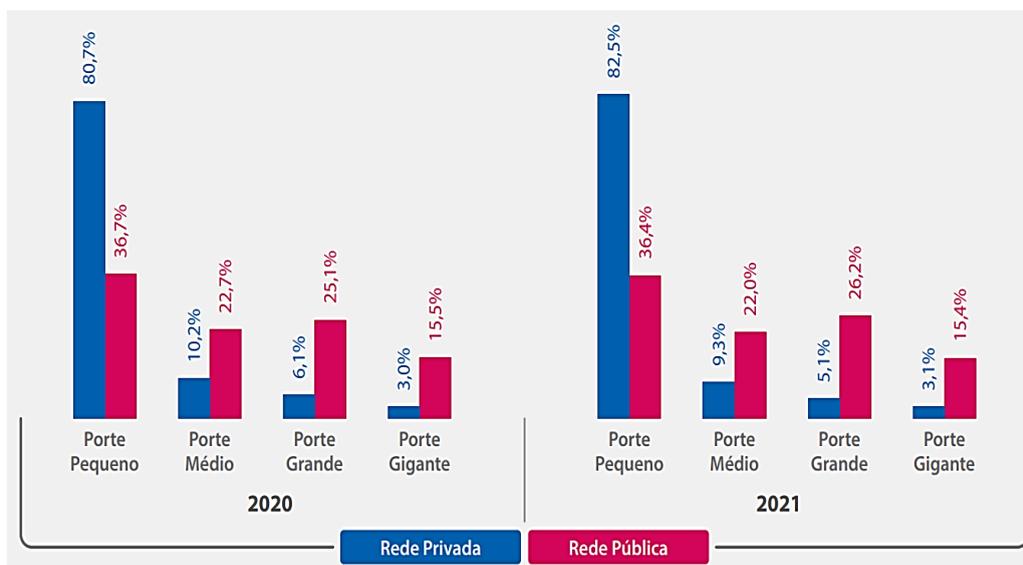
Fonte: Bielschowsky (2020).

Desta maneira, percebe-se que há uma concentração de IES privadas, estabelecendo oligopólios, representando uma fatia expressiva do mercado de ensino superior do Brasil.

Em 2018, os dez grupos de IES privadas destacados na Tabela 2, foram responsáveis por cerca de 50% das matrículas nacionais, captando aproximadamente 60% dos novos ingressos (BIELSCHOWSKY, 2020).

Segundo o levantamento Mapa do Ensino Superior no Brasil de 2023, feito pelo SEMESP, apesar do curso oligopolista no setor de ensino superior, as IES privadas de pequeno porte ainda são maioria no país. Portanto, existe instaurado um grande potencial para alimentação das IES privadas de grande porte, tal como pode ser percebido no Gráfico 3.

Gráfico 3: IES por porte



Fonte: SEMESP (2023).

Dentro do cenário educacional das IES privadas, pode-se perceber uma movimentação, pois:

O crescimento exagerado de matrículas, sem a proporção igual em número de instituições, portanto, se deve à entrada em cena dos conglomerados que formaram oligopólios educacionais, uma situação em que estas grandes empresas educacionais têm poder de mercado tão grande, que seu domínio inviabiliza a sobrevivência de instituições menores, que acabam sendo absorvidas ou mesmo falindo (SOUZA, 2018, p. 41).

De tal modo, as IES privadas trouxeram consigo a entrada de capital financeiro para o fecundo mercado educacional, havendo fundos de investimentos nacionais e estrangeiros no setor. Isto significa, que passou a existir a participação de grupos de IES privados estrangeiros no país, os quais passaram a comprar IES privadas nacionais.

Um fato que facilitou a abertura de capital das IES privadas, que, por conseguinte, passaram a ter ações negociadas nas bolsas de valores. Havendo uma mundialização do capital, uma valorização da lucratividade e uma consolidação da educação como um produto para venda (NASCIMENTO, CRUZ e MOURA, 2023).

Este movimento oligopolista e expansionista do setor educacional no Brasil, se intensificou a partir dos anos 2000, podendo-se tomar como exemplo:

Um fenômeno interessante oriundo desse período é o caso da Rede Pitágoras. À época, a instituição transformou-se em Kroton Educacional, com a finalidade de participar do processo de aquisição/fusão de empresas educacionais, tornando-se, assim, um grande oligopólio no campo da Educação Superior. Posteriormente, deu prosseguimento ao seu crescimento como empresa educacional, concretizando uma fusão com o grupo Anhanguera. Desse modo, tornou-se a maior companhia de ensino privado do país, bem como a maior empresa educacional do mundo, atingindo números como: [...] valor de mercado de R\$ 12 bilhões (US\$ 5,9 bilhões); faturamento anual de R\$ 4,3 bilhões; presente em 835 cidades; mais de um milhão de alunos – 15% do alunado da educação superior brasileira e, aproximadamente, 0,5% da população nacional (NASCIMENTO, CRUZ e MOURA, 2023, p. 8).

Sobretudo a partir de 2007, a oligopolização das IES privadas tomou força, pois ocorreu a intensificação da formação dos grandes conglomerados, existindo maior operação nas bolsas de valores e, também, nas aquisições por meio de *private equity*⁴.

Um cenário financeiro que enfraqueceu as pequenas e médias IES privadas, que passaram a ter menor capacidade de competitividade no mercado educacional frente aos grandes conglomerados. Atentando-se, que, além disso, neste contexto o governo de Luís Inácio Lula da Silva, aqueceu a ampliação do setor educacional. Um fato que abarcou os oligopólios, especialmente devido às políticas públicas relacionadas com o financiamento educacional (PROUNI e FIES), as quais estimularam um maior número de matrículas nas IES privadas.

Por sua vez, o financiamento educacional impactou em retorno financeiro para as IES privadas, não só pelo volume de mensalidades, mas devido a associação dele com as isenções fiscais, que diminuem os custos operacionais (NASCIMENTO, CRUZ e MOURA, 2023).

Acrescenta-se, ainda, a conjuntura de fortalecimento dos oligopólios no setor educacional do país, a adoção pelas IES privadas dos cursos à distância, os quais ampliaram a quantidade de alunos matriculados. Havendo um volume maior de alunos em meio aos oligopólios de IES privadas que se traduz como aumento no potencial de lucratividade. Inclusive, o investimento das IES privadas na modalidade

⁴ Investimento em empresas que não atuantes nas bolsas de valores.

de ensino à distância implica em menos gastos operacionais, que, por conseguinte, impulsiona a lucratividade (NASCIMENTO, CRUZ e MOURA, 2023).

Confere-se, portanto, mudanças na estrutura do setor educacional brasileiro. Sendo a primeira marcada pela maior concentração de mercado, visto que as IES privadas visam a lucratividade, imprimindo maior atuação dos grandes grupos. Outra mudança é a alavancagem crescente do percentual de matrículas nas IES privadas. E, por fim, há a mudança na proporção de matrículas no ensino à distância (BIELSCHOWSKY, 2020).

2.3 O Crescimento da Modalidade do Ensino à Distância

Um elemento categórico no ensino superior brasileiro na contemporaneidade, sobretudo presente nas IES privadas, conexas ao mercantilismo, trata-se da propagação dos cursos na modalidade de ensino à distância. Segundo o artigo 1 do Decreto nº 9.057 de 2017, a definição de educação à distância é:

(...) considera-se educação à distância a modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorra com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com pessoal qualificado, com políticas de acesso, com acompanhamento e avaliação compatíveis, entre outros, e desenvolva atividades educativas por estudantes e profissionais da educação que estejam em lugares e tempos diversos (BRASIL, 2017b, s/p).

Sendo um contexto educacional baseado na tecnologia da informação, que: valida o maior acesso aos cursos de ensino superior em diversas áreas; que flexibiliza os horários das aulas; e que possui valor inferior aos cursos de aprendizagem presencial.

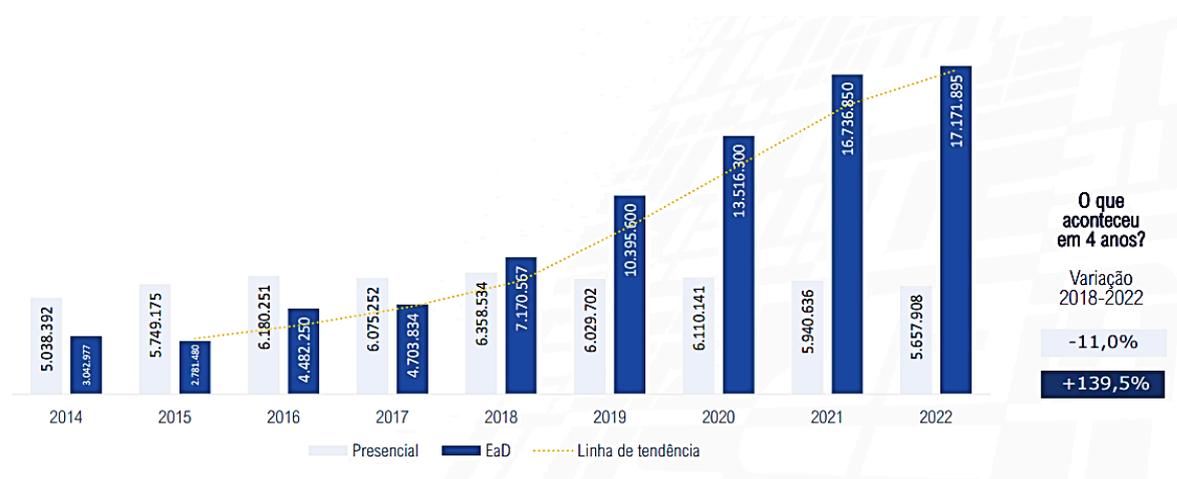
Logo, o ensino à distância propiciou o aumento no número de alunos matriculados nas IES privadas. Por sua vez, a tecnologia da informação, envolta no ensino à distância, favoreceu as IES privadas com o aumento de alunos associado ao menor custo operacional, pois precisa-se contratar menos professores e há diminuição em custos relacionados com o expediente das aulas presenciais, como, por exemplo, aluguel, luz, água, limpeza, entre outros (SOUZA et al, 2018).

No que tange a oferta de ensino à distância, o aumento exponencial ocorre como "(...) uma expressão do processo de mercantilização do ensino superior, a

qual acarreta maior precarização do trabalho docente” (GEMELLI e CLOSS, 2023, p. 341).

O Censo da Educação Superior de 2022, feito pelo Ministério da Educação e pelo INEP, trouxe dados significativos quanto ao crescimento do ensino superior à distância no Brasil. Sendo, dentre o total de vagas nas IES (22.829.803), entre IES públicas (533.973) e nas privadas (21.959), 17.171.895 se relacionavam com o ensino à distância, correspondendo a 75,2% do total de vagas, conforme ressaltado no Gráfico 4 (BRASIL, 2023).

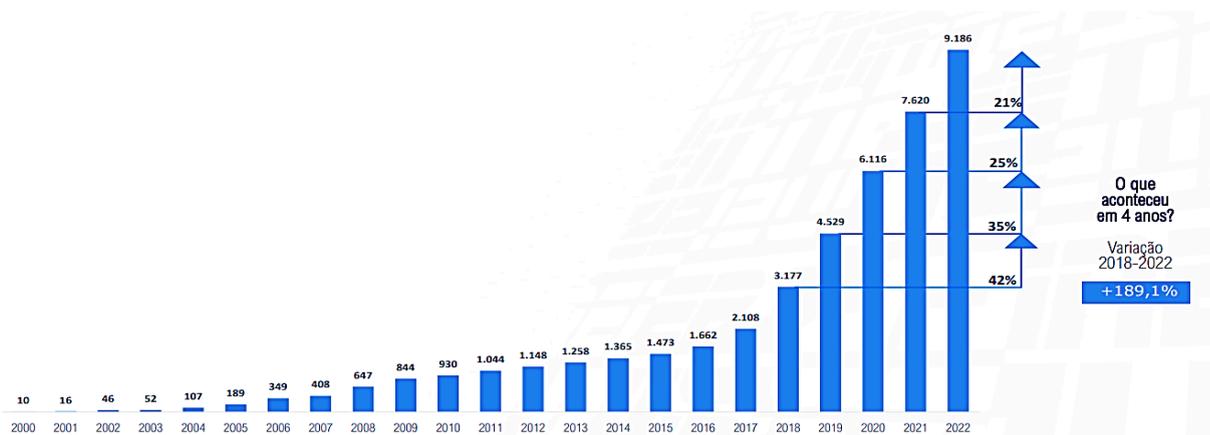
Gráfico 4: Vagas no ensino superior por modalidade de ensino – 2014-2022



Fonte: Brasil (2023,p19)

Portanto, percebe-se que há uma tendência das IES privadas se voltarem para a modalidade do ensino à distância (GEMELLI e CLOSS, 2023). Ainda, conforme os dados estabelecidos pelo Censo da Educação Superior de 2022, feito pelo Ministério da Educação e pelo INEP, entre 2018 e 2022 houve um salto no número de cursos de graduação à distância de 189,1%, conforme destacado no Gráfico 5 (BRASIL, 2023).

Gráfico 5: Evolução do número de cursos de Graduação – 2000-2022



Fonte: Brasil (2023).

Já o levantamento Mapa do Ensino Superior no Brasil de 2023, feito pelo Instituto SEMESP, complementa apontando que, entre 2018 e 2023, o ensino à distância aumentou 202% nas IES públicas e privadas. Indicando que em 2022 este crescimento foi de 48,3% nas IES privadas e 29,4% nas IES públicas (SEMESP, 2023).

Rompendo barreiras físicas e ampliando o acesso à educação para milhões de pessoas, a expansão do ensino à distância foi se popularizando junto à sociedade, democratizando o ensino superior, além de ter o impulso devido aos interesses capitalistas e políticos (CRUZ, 2022). Sendo,

A produtividade da educação à distância pode de fato proporcionar uma democratização do acesso ao ensino, seja pela possibilidade de interiorização e superação do paradigma tempo-espaço, seja principalmente pelo barateamento face à organização racional do trabalho, tais processos não ocorrem sem contradições (BENINI et al, 2020, p. 3).

“A lógica mercantil e lucrativa tem servido como bússola para atuação das corporações que atuam no ensino superior, que, diante da estagnação econômica e do acirramento da exploração do trabalho, encontra, na ampliação da oferta (...)” do ensino à distância, um horizonte comercial duradouro e lucrativo (ARAÚJO e JEZINE, 2021, p. 12).

Segundo Censo da Educação Superior de 2021, feito pelo Ministério da Educação e pelo INEP, a representatividade das IES privadas apoiava-se em apenas 20 instituições, configurando aproximadamente 80% do total de matrículas

em cursos de graduação à distância no Brasil (BRASIL, 2022). A Tabela 3 faz a representação do ranking de 2021 das IES privadas com cursos de graduação à distância.

Tabela 3: Ranking das IES privadas com cursos de graduação à distância - 2021

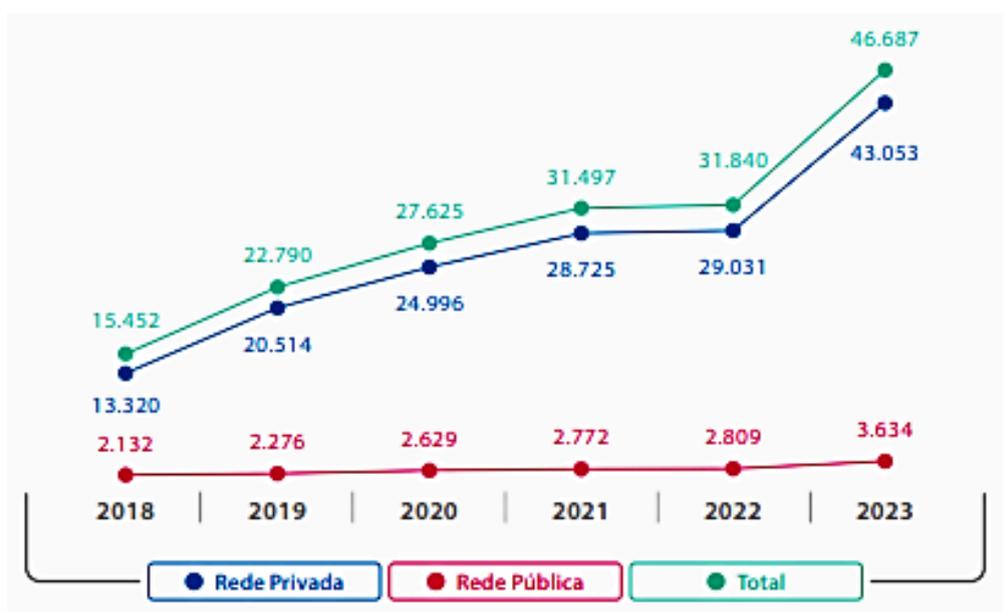
Nome IES	Matrículas totais
Centro Universitário Leonardo da Vinci	537.524
Universidade Pitágoras Unopar Anhanguera	449.741
Universidade Estácio de Sá	310.152
Unicensumar	264.672
Universidade Paulista	262.794
Centro Universitário Internacional	205.065
Universidade Anhanguera	197.968
Universidade Cruzeiro do Sul	95.079
Centro Universitário Estácio de Ribeiro Preto	86.178
Centro Universitário Fael	79.521
Universidade de São Paulo	63.186
Centro Universitário Estácio de Santa Catarina	61.087
Universidade Nove de Julho	59.392
Universidade Anhembi Morumbi	49.167
Universidade de Franca	47.242
Centro Universitário Planalto do Distrito Federal	42.576
Centro Universitário FACVEST	27.707
Centro Universitário Maurício de Nassau	26.482
Universidade Santo Amaro	24.948
Total de matrículas	2.890.481

Fonte: Adaptado de Brasil (2022).

Também, o levantamento do Mapa do Ensino Superior no Brasil de 2023, feito pelo Instituto SEMESP, aponta que os polos de educação a distância passaram de 15,4 mil para 46,6 mil, entre 2018 e 2023 (SEMESP, 2023).

Logo, coloca-se como importante referenciar o número de pólos de instituições privadas, que passaram de 13.320 em 2018 para 43.053 em 2023, conforme destacado no Gráfico 6.

Gráfico 6: Evolução dos polos de ensino superior à distância – 2018-2023



Fonte: SEMESP (2023).

A abertura de novos polos, expande a captação de discentes e amplia o escopo das instituições de ensino, sendo relacionados as IES privadas ou públicas. Certamente o crescimento do ensino à distância, ao longo dos últimos anos no Brasil, "(...) está articulado a processos de desregulação conduzidos pelo Ministério da Educação, cuja centralidade é afrouxamento para abertura de novos polos" (ARAÚJO e JEZINE, 2021, p. 6).

Contudo, os novos polos necessitam primar por um bom produto, ou seja, é essencial que ofereçam aos alunos cursos com qualidade adequada. Até mesmo, porque a qualidade torna-se o diferencial para atrair os clientes, ou seja, os alunos. Deste modo, as IES privadas possuem o desafio de oferecer educação à distância

com qualidade, pois assim alcançam um bom nível de competitividade (ARAÚJO e JEZINE, 2021).

Portanto, a modalidade do ensino à distância revolucionou o trabalho docente, enfatizando a possibilidade do barateamento e da democratização do acesso à educação (BENINI et al, 2020).

Sendo a popularização e o aumento do ensino superior à distância, proporcional ao avanço das tecnologias de informação, que favorecem a agilidade da comunicação. Colocando-se o ensino à distância como forte vertente do ensino superior no Brasil, e, quiçá, pode ser considerado com um pilar da educação contemporânea (SOUZA, 2018).

2.4 Precarização e Flexibilização do trabalho

O entendimento acerca da precarização do trabalho ganhou evidência nas últimas décadas, sobretudo, devido a ascensão da tecnologia da informação que revolucionou a comunicação mundial, inerente ao processo de Globalização e a estrutura econômica de cunho neoliberal (CASTEL, 1998).

Havendo como o conceito elementar acerca da precarização: “ser precarizado é ser sujeito a pressões e experiências que levam a uma existência precária, de viver no presente, sem uma identidade segura ou um senso de desenvolvimento alcançado por meio do trabalho e do estilo de vida” (STANDING, 2013, p. 37). Ou seja, a precariedade trata-se da ausência de uma ou mais garantias, ou mesmo, seguranças, as quais associam-se com as suas responsabilidades e os seus direitos fundamentais.

Justamente a falta de garantias ou seguranças no ambiente de trabalho, se traduz como um cenário de instabilidade para o trabalhador, apontando para a existência de processo de precarização (WRESINSKI, 1987).

(...) o pauperismo do século XIX estava inserido no coração da dinâmica da primeira industrialização, também a precarização do trabalho é um processo central, comandado pelas novas exigências tecnológico-econômicas da evolução do capitalismo moderno (CASTEL, 1998, p. 525).

A partir da década de 1990, a dinâmica do trabalho se transforma, adequando-se às novas necessidades relacionadas com as tendências das tecnologias de informação e com o formato econômico neoliberal. Sendo que,

As Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC) têm trazido implicações diversas ao trabalho contemporâneo. Por um lado, elas têm possibilitado benefícios aos trabalhadores, como a flexibilidade quanto aos locais e horários de trabalho – pois entendemos que esse aspecto pode ser profícuo ao trabalhador, dependendo da perspectiva de análise. Por outro, também é por meio dessas tecnologias que o capital, alicerçando-se nas tendências pós-fordistas, tende a flexibilizar os processos de produção com o objetivo perverso de aumentar a extração de mais-valia e precarizar o trabalho (VELOSO e MILL, 2018, p. 114).

No contexto descrito, três mudanças ocorridas na dinâmica do trabalho se sobressaíram. Uma delas ocorreu no que tange aos contratos de trabalho, que passam a não ser mais com tempo indeterminado, possuindo prazos determinados, inclusive, até temporários. Outra mudança, foi a qualificação profissional, que passou a ser condição *sine qua non*, gerando maior competitividade entre os trabalhadores nas disputas por emprego. Ainda, destaca-se a mudança relacionada com as tecnologias, as quais se sobrepuseram a algumas funções antes feitas por trabalhadores. Tais mudanças, alteraram a condição salarial, diminuindo garantias e/ou seguranças, tornando o estável em instável, instaurando, portanto, o processo de precarização no trabalho. Sendo que, a condição de falta de emprego imprime a situação de não utilidade social do indivíduo, o que lhe fere a dignidade (CASTEL, 1998).

No Brasil, em sua História, tais mudanças no cenário do trabalho surgiram no contexto dos governos: Fernando Collor de Melo, que presidiu o país entre 1990 e 1992; Itamar Franco, que presidiu o país entre 1992 e 1994; e Fernando Henrique Cardoso, que presidiu o país entre 1995 e 2002. Governos marcados por políticas econômicas de cunho neoliberal, ou seja, voltados para maior liberdade do mercado, havendo menor intervenção do Estado na economia. Assim sendo,

(...) a partir da reestruturação produtiva, houve uma alteração profunda do lugar do trabalho na estrutura social. Seguindo a premissa neoliberal, requeria-se a fragilização da atividade laboral e da organização dos trabalhadores para submetê-los cada vez mais aos interesses do capital (AQUINO, 2020, p. 53).

Logo, o distanciamento do Estado, na mediação entre capital e trabalho, abriu espaço para a flexibilização do trabalho. Assim, a rigidez da organização do trabalho, e dos processos produtivos deram lugar para formatos diversos na relação contratante e trabalhador, alterando: os salários; as execuções de tarefas; as modalidades de contratos de trabalho (terceirização); as jornadas de trabalho; e entre outros (ANTUNES e PRAUN, 2015, p. 409). Colocando-se o contexto da flexibilização como um ambiente permissivo a quebra das garantias e/ou segurança do trabalhador, trazendo espaço para “(...) a informalidade e a profunda precarização das condições de trabalho e a vida da classe trabalhadora brasileira” (ANTUNES e PRAUN, 2015, p. 409).

Pode-se destacar alguns exemplos de flexibilização do trabalho, tais como: a terceirização; a subcontratação; contratação temporária; concentração de várias funções em um mesmo contratado; *home office* ou teletrabalho com expediente flexibilizado; banco de horas; e horas extras (ANDRÉ, SILVA e NASCIMENTO, 2019). Para as empresas, tais formatos de flexibilização do trabalho diminuem os custos trabalhistas, especialmente na conjuntura salarial, ocasionando maior lucratividade. Em síntese, pode-se dizer que:

(...) flexibilidade salarial significava acelerar ajustes a mudanças na demanda, especialmente para baixo; flexibilidade de vínculo empregatício significava habilidade fácil e sem custos das empresas para alterarem os níveis de emprego, especialmente para baixo, implicando uma redução na segurança e na proteção do emprego; flexibilidade do emprego significava ser capaz de mover continuamente funcionários dentro da empresa e modificar as estruturas de trabalho com oposição ou custo mínimos; flexibilidade de habilidade significava ser capaz de ajustar facilmente as competências dos trabalhadores (STANDING, 2013, p. 22).

Decerto, a flexibilização do trabalho, que ampara as novas relações de trabalho, traz consigo a ânsia de um mercado global e tecnológico, extremamente competitivo, que se apoia, não só na produtividade, como também em seu viés capitalista de acúmulo de riqueza (ANTUNES, 2006). A flexibilização, apesar de ser efetiva como forma de se obter o crescimento do capital, se traduz como estopim para precarização, se relacionando sobretudo com a fragilização dos direitos dos trabalhadores (VELOSO e MILL, 2018).

O avanço do capitalismo e das políticas neoliberais nas últimas décadas provocou uma transformação significativa no cenário de trabalho, forçando os trabalhadores a adotarem novas estratégias de sobrevivência. Nesse contexto, muitos se viram diante de condições de pobreza e exploração da mão de obra, em que as organizações priorizam exclusivamente o lucro e o aumento da produção (BARBOSA E RABELO, 2012). Nos estudos de Standing (2013), destaca-se o conceito emergente de "precarizado", o qual descreve uma nova estrutura social global caracterizada por indivíduos que enfrentam incertezas quanto à estabilidade de seus empregos e não têm acesso a posições de trabalho consideradas permanentes. Conforme apontado pelo autor, muitos desses sujeitos não possuem consciência de sua inclusão nessa classe específica (STANDING, 2013).

2.5 Corpo Docente Precarizado

Algumas transformações ocorridas no meio docente fazem parte do novo funcionamento socioprodutivo das IES privadas, aproximando-se das situações de precarização e flexibilização do trabalho. Sendo elas: a contratação de professores temporários; a ênfase na produção de conhecimento comercializável; e a intensificação do regime de trabalho (MANCEBO, MAUÉS e CHAVES, 2006). Portanto, "(...) a precarização do emprego se inseriu na dinâmica atual da modernização e é consequência dos novos modos de reestruturação produtiva e da luta pela competitividade" (CASTEL, 1998, p. 514).

Expressamente, pode-se detalhar alguns elementos de precarização do trabalho do docente, como a intensificação, a flexibilização de contratação e a perda de autonomia do docente. Conjunto de situações que podem refletir de maneira danosa na saúde do docente (REIS e CECÍLIO, 2014). Entendendo-se pelos elementos intensificação e flexibilização do trabalho docente:

O trabalho intensificado do docente está vinculado a um ritmo acelerado de suas rotinas de execução das atividades de ensino, pesquisa e extensão, e à uma prejudicial tensão emocional que coloca em risco a saúde física, mental e social. (...) A flexibilização das relações de trabalho como alternativa capitalista para as políticas de gestão de pessoas dentro das universidades públicas. O resultado são as contratações precárias, nas quais direitos são suprimidos e garantias são negadas (MORAIS, 2022, p. 212-221).

Ainda, a intensificação trouxe novos contextos ao trabalho docente, como: desenvolvimento de relatórios e pareceres; submissão a sistemas avaliativos de eficiência do professor; monitoramento com base no índice de produtividade do docente; e flexibilização de direitos do trabalho (MANCIBO, MAUÉS e CHAVES, 2006). E no que tange o elemento flexibilização nas formas de contratação, instaurou-se: o arrocho salarial; a perda do controle sobre o processo de trabalho; e o aguçamento da alienação (MOURA et al 2019).

Além disso, devido a flexibilização do trabalho, o docente angariou novas atribuições geradas, as quais antes eram responsabilidade de outros funcionários de apoio. Um fato que acumulou funções para o docente, que passou a ir além da responsabilidade da sala de aula, dos seus alunos e do desenvolvimento de pesquisa do conteúdo didático. Haja vista, que o docente também se tornou responsável por uma carga de tarefas cada vez maior, o que inclui, por exemplo, o preenchimento de diversos relatórios (MANCIBO, MAUÉS e CHAVES, 2006).

Já o elemento de precarização do trabalho do docente, tido como a perda de autonomia, compreendendo-se que decorreu da perda de controle do docente no processo de trabalho, exemplificada por três situações: na falta de influência de estruturação do currículo; no não domínio sobre a eleição dos materiais didáticos para utilização em sala de aula; e, ainda, na ausência de controle dos critérios de avaliação e de resultados desejados (MOURA et al, 2019).

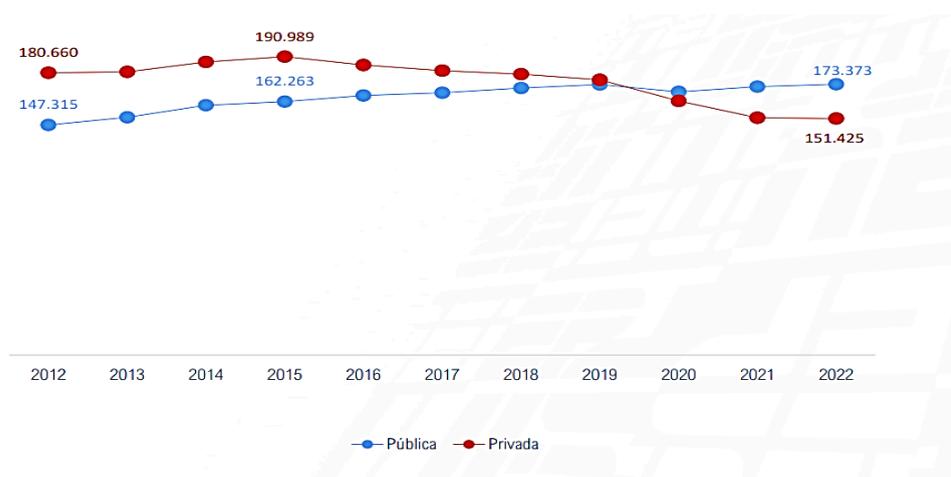
Sendo todos os elementos de precarização do trabalho do docente descritos como fatores de enfraquecimento do profissional da educação, o professor. Tanto que, “o mestre, visto antes como uma figura profissional essencial para a sociedade, é hoje um profissional que luta pela valorização e reconhecimento” (DRUCK e SELIGMANN-SILVA, 2010, p. 230).

Percebe-se, portanto, que a precarização do trabalho do docente está se enraizando no ensino superior das IES privadas, o que se traduz como perdas de direitos e como enfraquecimento nos vínculos empregatícios (ANTUNES, 2005). Situações que tornam o trabalhador docente, através de experiências e vivências negativas no ambiente laboral, um profissional precário (STANDING, 2013). De tal modo, a precarização nas IES privadas pode ser entendida como qualquer diminuição de direitos, garantias ou benesses trabalhistas (MOURA, SANTOS e NASCIMENTO, 2022). Inclusive, as condições de precariedade no trabalho do

docente influenciam na sua performance laboral, afetando negativamente a aprendizagem dos educandos (MOURA et al 2019). Logo, o trabalho docente passou, e ainda passa, por muitas mudanças no tocante à perspectiva educacional, impactando diretamente seu cotidiano nas IES privadas (LINHART, 2014).

Sendo que, a “(...) precarização passou a ser um atributo central do trabalho contemporâneo e das novas relações de trabalho, apresentando múltiplas faces e dimensões” (FRANCO, T.; DRUCK, G.; SELIGMANN-SILVA, 2010, p. 230). Assim, certamente, a precariedade do trabalho do docente das IES privadas está associada ao poder do capital, que se direciona à lucratividade, existindo uma nova realidade entre as IES privadas e os professores contratados (ANDRÉ, SILVA e NASCIMENTO, 2019). Estando os docentes suscetíveis à precarização (STANDING, 2013). Inclusive, mesmo com a predominância das matrículas nas IES privadas, sobretudo na modalidade de ensino à distância, que correspondeu em 2022 a 75,2% do total de vagas, conforme Censo da Educação Superior de 2022, feito pelo Ministério da Educação e pelo INEP, não houve para o corpo docente nem aumento no volume de contratações e nem melhora nos valores salariais (BRASIL, 2023). Haja vista, que mais alunos significa maior arrecadação financeira para as IES privadas, porém, este fato que não impactou positivamente o corpo docente, que foi achatado através da precarização em nome da maior lucratividade. O Gráfico 7 corrobora com esta apreciação, pois demonstra a queda nas contratações dos professores pelas IES privadas, especialmente a partir de 2015.

Gráfico 7: Número de docentes em atuação no ensino superior – 2012-2022



Fonte: Brasil (2023).

Confere-se no Gráfico 7 uma desvalorização do corpo docente, já que em 2015 existiram 190.989 docentes em atuação e em 2022 eram 151.425, ou seja, uma queda de 39.564 contratações (BRASIL, 2023). Uma queda que alimenta os elementos de precarização do trabalho do docente, pois gera um cenário dificultoso de emprego, que leva o candidato à vaga de professor a aceitar situações relacionadas com perdas de seus direitos e/ou garantias, trazendo-lhe insegurança econômica e social (ARAÚJO e JEZINE, 2021). De tal modo, percebe-se que “(...) assim como o trabalho em geral, também o trabalho docente tem sofrido relativa precarização nos aspectos concernentes às relações de emprego no Brasil” (OLIVEIRA, 2008, p. 45) (Tradução autor).

A conjuntura fragilizada dos docentes do ensino superior no Brasil, corrobora com apontamento da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que relatou que os profissionais do cenário econômico contemporâneo se sujeitam a aceitar salários menores, precários e instáveis, o que acentua as desigualdades (OIT, 2023). Neste ponto, é importante envolver o tema precarização do trabalho docente, como sendo “(...) o avanço da racionalidade mercadológica para o campo educacional brasileiro e sua imposição de novas exigências às IES resultaram em novos desafios para o trabalho docente” (GEMELLI e CLOSS, 2023, p. 341).

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

A presente seção se estabeleceu como uma apresentação do estudo empreendido, trazendo particularidades sobre o seu processo de construção. De tal modo, trouxe quesitos importantes para a incursão na realidade acerca da precarização do trabalho docente no ensino à distância, tais como: as ordens metodológicas; o cenário e os sujeitos do estudo de caso; e os instrumentos de coleta de dados.

O procedimento que guia o autor numa pesquisa é intitulado como método, sendo: “(...) o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo [...], traçando o caminho a ser seguido” (LAKATOS e MARCONI, 2003, p. 83). Justamente é o método, ou seja, o procedimento metodológico, que permite o entendimento de uma determinada realidade temática. Desse modo, no presente estudo, foram adotados dois procedimentos metodológicos, sendo: pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental.

A pesquisa bibliográfica permitiu a busca em fontes do tipo secundária, as quais têm interpretação de terceiros, abrangendo: livros, artigos científicos, trabalhos acadêmicos, entre outros. Já a pesquisa documental relacionou-se com a busca em fontes do tipo original, as quais não possuem interpretação de terceiros, abarcando: leis, pesquisas estatísticas, documentos públicos e/ou privados, entre outros (GIL, 2008). Ambos os procedimentos metodológicos de pesquisa permitiram um maior aprofundamento sobre a temática em pauta, sendo possível estruturá-la num compêndio literário, exposto como o Referencial Teórico do estudo.

Já o procedimento metodológico, se estabeleceu como uma incursão de cunho empírico, fazendo uma investigação sobre a precarização do trabalho dos professores do ensino à distância em instituições de ensino superior particulares, com base na vivência deles. Entendendo-se que: “(...) investiga um fenômeno contemporâneo (o “caso”) em seu contexto no mundo real, especialmente quando as fronteiras entre o fenômeno e o contexto poderem não estar claramente evidentes” (YIN, 2015, p. 1). Logo, o estudo propiciou ir além do universo literário e documental acerca do tema, pois invocou conjunto de pessoas, os professores de ensino à distância de universidades particulares, para investigar a realidade específica da precarização no ambiente de trabalho deles. Para tanto, o estudo

contou com uma abordagem qualitativa e quantitativa (quali-quantitativa) (SCHNEIDER, FUJII e CORAZZA, 2017).

Entendendo-se por tratamento qualitativo de dados, um formato que permite a descrição de um fenômeno numa determinada abordagem temática, facilitando a estruturação de uma perspectiva sobre ele. Enquanto o tratamento quantitativo corresponde a uma abordagem matemática e estatística, possibilitando uma retratação da realidade do tema por meio da exatidão de dados objetivos. Coloca-se, assim, que o tratamento quantitativo se baseia em números e o qualitativo não (SCHNEIDER, FUJII e CORAZZA, 2017).

Os procedimentos metodológicos descritos, pesquisa bibliográfica, pesquisa documental, situam a questão da pesquisa, trazendo para o estudo uma explanação de cunho exploratório e descritivo. Exploratório porque gerou diversificação do conhecimento acerca da precarização do trabalho dos professores e da mercantilização no ensino superior à distância, dentro do ambiente acadêmico das IES privadas. Por sua vez, o aporte descritivo ocorreu com o levantamento de dados sobre a realidade vivida por estes professores, a qual foi tabulada e retratada em quadro descritivo (GIL, 2008).

Desta forma, a estrutura metodológica do estudo trouxe à tona conhecimentos que favoreceram o alcance da resposta para a questão da pesquisa, conferindo assim o fenômeno da precarização dentro do ambiente de trabalho de professores das IES privadas na modalidade de ensino à distância.

3.1 Ordens metodológicas

Como conceito, “o método é o caminho ou a maneira para se chegar a um determinado fim ou objetivo, e metodologia são os procedimentos e regras utilizadas por um determinado método” (RICHARDSON, 1999, p. 22). Complementando o entendimento, a metodologia pode ser tida como uma forma ampla e concisa, que corrobora como:

Caminho a discussão epistemológica sobre o “caminho do pensamento” que o tema ou objeto de investigação requer; b) Como a apresentação adequada e justificada dos métodos, técnicas e dos instrumentos operativos que devem ser utilizados para as buscas relativas às indagações da investigação; c) Como a “criatividade do pesquisador”, ou seja, a sua marca pessoal e específica na forma de

articular teoria, métodos, achados experimentais, observacionais ou de qualquer outro tipo específico de resposta às indagações específicas (MINAYO, 2007, p. 44).

Assim, para se fazer uma incursão pela realidade do fenômeno investigado, ou seja, trazer a vivência da precarização no ambiente de trabalho dos docentes do ensino à distância nas IES privadas, o caminho eleito foi a investigação do tema por via de pesquisas quantitativas e qualitativas. Tendo-o como um direcionamento para explorar o contexto deste fenômeno no mundo real, indo além do estreito de pesquisa bibliográfica (SCHNEIDER, FUJII e CORAZZA, 2017).

Desta forma, a abordagem do estudo empreendida se estabeleceu em dois momentos específicos, sendo um de ordem qualitativa e o outro de ordem quantitativa, cunhando na pesquisa um direcionamento quali-quantitativo. O que significou a adoção de uma postura metodológica de grande amplitude e aprofundamento, já que permitiu a maximização da exploração da realidade da situação de precarização do trabalho do docente das IES privadas (MINAYO, 2007).

Sendo, portanto, uma ambientação metodológica que explorou a temática proposta em sua realidade, incursionando nela através de contato com indivíduos conexos, adotando para isso as vias de abordagens: objetiva com ordem quantitativa e subjetiva com ordem qualitativa. Apesar destas vias serem antagônicas, elas podem ser utilizadas em conjunto de maneira complementar, trazendo para a pesquisa um aproveitamento maior junto a realidade temática em pauta (PAULILO, 1999). Isto, porque:

(...) ambas são de natureza diferenciada, não excludentes, e podem ou não ser complementares uma à outra na compreensão de uma dada realidade. (...) Somente quando as duas abordagens são utilizadas dentro dos limites de suas especificidades é que podem dar uma contribuição efetiva para o conhecimento (PAULILO, 1999, p. 135).

O estreito quantitativo se insere como uma interpretação assertiva da temática explorada, normalmente feita por meio de um panorama estatístico. Podendo ocorrer a coleta de dados nesta modalidade, por exemplo, através de questionários objetivos, os quais possuem um conjunto com opções de respostas previamente estabelecidas para cada questão, devendo o respondente selecionar uma das possíveis respostas em cada questionamento. Nessa perspectiva, o

processo de mineração de dados consistiu na caracterização dos dados, com o propósito de fornecer uma descrição detalhada dos sujeitos investigados neste estudo. Para tal fim, empregou-se a análise estatística descritiva. Nessa fase, os dados foram apresentados através de tabelas, gráficos e resumos estatísticos, visando proporcionar uma compreensão mais clara e abrangente da realidade submetida à análise (ALBAN e MAURÍCIO, 2019).

Já a incursão qualitativa se coloca como uma exploração de significados acerca da temática explorada, tal como uma abordagem crítica, que traz à tona opiniões, pareceres, motivações, aspirações, crenças, valores e atitudes. Atuando-se, por exemplo, as entrevistas como instrumento de coleta de dados nesta modalidade, que podem ser conduzidas por um roteiro previamente estabelecido, o qual estimula o entrevistado a se expressar acerca dos assuntos de interesse para o estudo. Sendo o uso das entrevistas uma abordagem ampla, pois os entrevistados têm liberdade para se expressar (MINAYO, 2007). Ou seja,

A relação desejada entre o quantitativo e o qualitativo pode ser considerada complementar. Ou seja, enquanto o quantitativo se ocupa de ordens de grandezas e as suas relações, o qualitativo é um quadro de interpretações para medidas ou a compreensão para o não quantificável (ROMANELLI e BIASOLI-ALVES, 1998, p. 18)

Situando-se, portanto, o estudo empreendido como de ordens metodológicas quali-quantitativa, tendo os tratamentos qualitativo e quantitativo lado a lado, estabelecendo maior aprofundamento e enriquecimento na exploração da realidade do fenômeno eleito (SCHNEIDER, FUJII e CORAZZA, 2017). Trazendo a luz “(...) uma abordagem multifacetada do fenômeno a ser investigado” (VELOSO e MILL, 2018, p. 119).

3.2 Cenário e Sujeitos do Estudo

O cenário eleito como ambiente do estudo de caso abarcou as IES privadas com representação no estado do Rio de Janeiro, todas sendo instituições de grande porte e com atuação na modalidade de ensino à distância. No que tange aos sujeitos do estudo, inseridos neste cenário, encontram-se um total de 113 docentes

consultados na abordagem quantitativa e 8 docentes na incursão qualitativa. Compreendendo como sujeitos da pesquisa, os indivíduos que forneceram os conteúdos relacionados com a realidade da temática da precarização do trabalho dos docentes no ensino à distância das IES privadas (VERGARA, 2004). Atentando-se que os sujeitos da pesquisa foram eleitos independente de gênero, idade, vínculos empregatícios e regime de trabalho. Todavia adotou-se como critério único de inclusão no grupo investigado: atuar, ou já ter atuado, como professor de ensino à distância em IES privada.

Atenta-se, ainda, que a interação, em meio as abordagens quali-quantitativa, com os sujeitos do estudo aconteceu com a devida autorização prévia. Haja vista, que, antes de interagir com os sujeitos do estudo, adotou-se a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), tal como recomendado pela Resolução nº 466 de 2012 (BRASIL, 2012). Sendo, portanto, o TCLE um procedimento para informar especificidades do trabalho acadêmico em questão, tais como: esclarecer a participação voluntária dos sujeitos do estudo; apresentar o tema do estudo; e oferecer dados sobre o pesquisador autor da dissertação. O Apêndice 1 destaca o TCLE adotado no presente estudo.

3.3 Instrumentos de coleta de dados

Como o estudo se estabeleceu em duas ordens metodológicas, quali-quantitativa, a busca por informações ocorreu em dois formatos distintos, que abarcaram os instrumentos de coleta de dados: questionário com perguntas objetivas e entrevistas. Ambos os formatos de coleta de dados ocorreram durante o período entre agosto de 2023 e novembro de 2023.

A aplicação do questionário, com 17 perguntas objetivas, correspondeu a abordagem quantitativa do estudo, sendo ministrado através da internet por meio da ferramenta Google Forms. Os questionamentos, deste momento do estudo, se voltaram para traçar um panorama descritivo do grupo investigado, explorando dados pessoais e profissionais, além de algumas noções sobre precarização e ensino à distância nas IES privadas. Sendo o total de questionários respondidos 113, abrangendo professores de IES privadas, em atuação ou não. O Apêndice 2 apresenta o questionário utilizado no estudo na íntegra.

Já a abordagem qualitativa do estudo, foi feita por meio de entrevistas, as quais apoiaram-se em um mesmo roteiro, que se encontra destacado em sua íntegra no Apêndice 3. O roteiro contou com 25 sugestões de indagações, as quais foram divididas em dois blocos, um com oito indagações e outro com 17, abrangendo duas categorias de assuntos, sendo respectivamente:

- Categoria 1: o profissional de educação e sua desvalorização, tratando da precarização do docente a partir de seus próprios olhares
- Categoria 2 - o ensino superior como um produto, explorando a mercantilização do ensino e suas facetas na precarização dos docentes;

Destacando-se que as entrevistas aconteceram nos modelos presenciais em dada instituição de ensino e virtualmente através do meet, totalizando oito docentes atuantes em IES privadas. Para a condução destas entrevistas, foram escolhidos dois perfis distintos de profissionais da educação de cinco IES privadas, sendo: docentes e gestores. No caso, as cinco IES privadas foram selecionadas porque compartilham a mesma característica, que é atuar há mais de 40 anos no ensino superior à distância e presencial, abrangendo tanto graduação como pós-graduação (*lato sensu*). A aplicação do roteiro das entrevistas ofereceu parâmetros sobre a realidade do grupo de docentes investigado, incursionando pela temática precarização do trabalho no ensino superior na modalidade de ensino à distância.

Os quadros com as Instituições de ensino superior privado relacionadas na pesquisa (Quadro 2: Perfil das IES) e os respectivos entrevistados (Quadro 3: Perfil dos docentes entrevistados) foram alocadas na parte da análise das entrevistas para facilitar a leitura.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

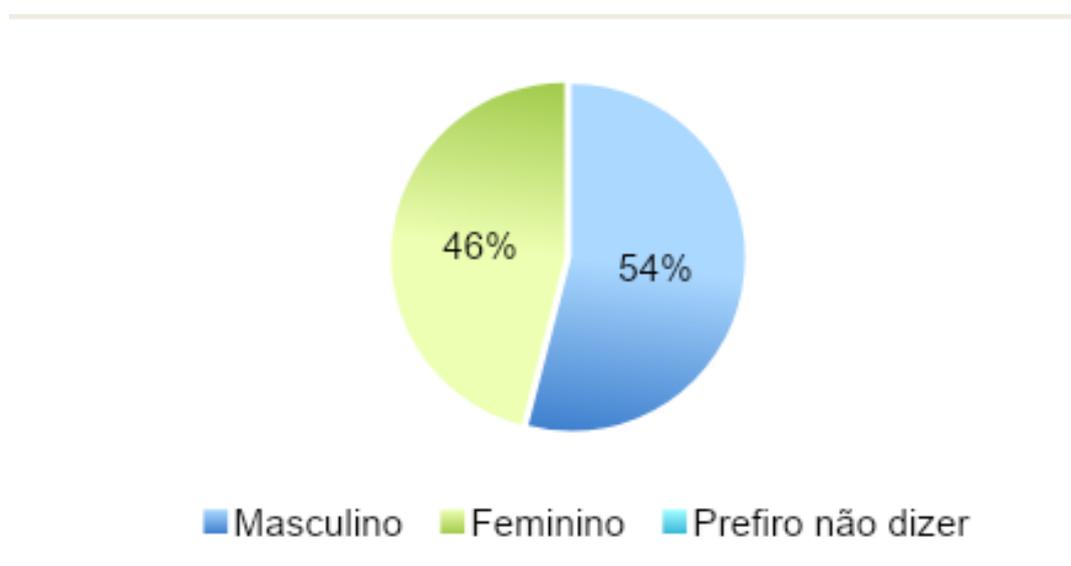
A presente seção do estudo trouxe a apresentação dos resultados encontrados com a aplicação do questionário e com a feitura das entrevistas. Ainda, destacou-se na seção a análise dos resultados encontrados, tomando, para tanto, os conteúdos das seções anteriores, sobretudo o apresentado no Referencial Teórico.

4.1 Questionário

A abordagem quantitativa do estudo feita por meio do questionário com 17 perguntas objetivas, que se encontra no Apêndice 2, teve os resultados e análises destacados na subseção corrente.

Inicialmente o questionário dedicou-se ao perfil pessoal do grupo pesquisado, que tem um total de 113 (100%) indivíduos. Para apresentar o resultado alcançado, tomou-se por base os resultados obtidos com as Questões 1 e 2, que trataram dos tópicos: faixa-etária e gênero. Dentre o grupo pesquisado de 113 (100%), todos encontravam-se com idades entre 25 e 70 anos, sendo que 61 (54%) se identificavam com o gênero masculino e 52 (46%) com o feminino. O Gráfico 8 destaca a identificação de gênero do grupo investigado.

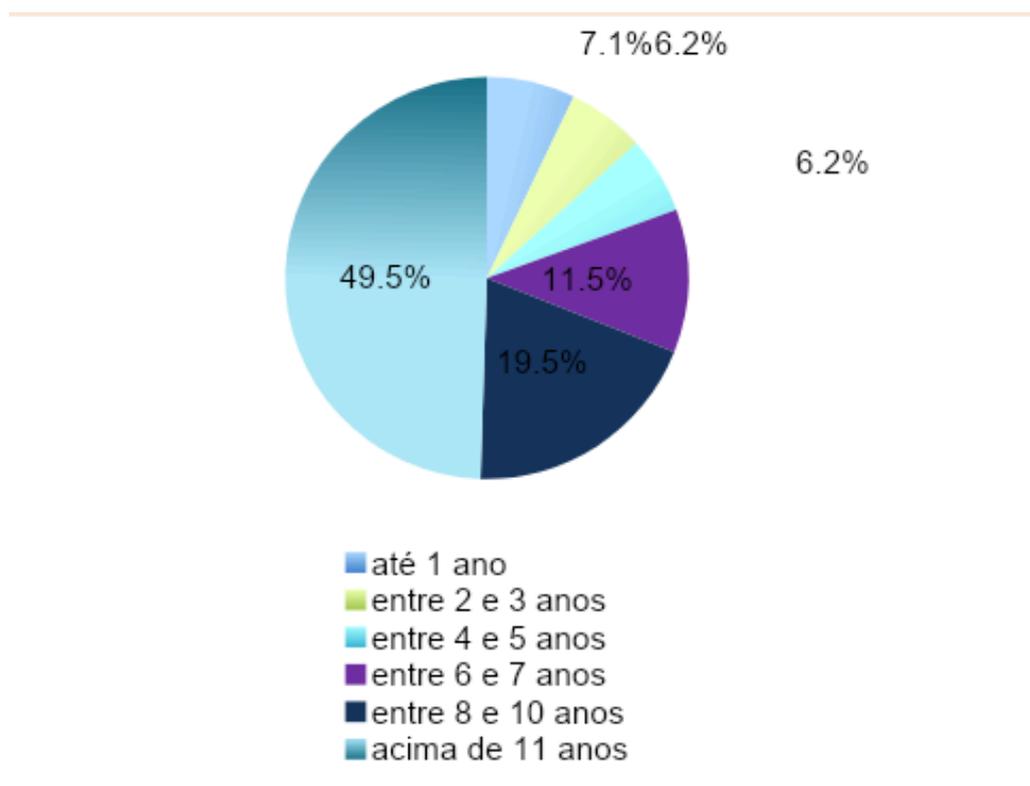
Gráfico 8: Identificação de gênero



Fonte: Autor.

Já a Questão 3, trouxe parâmetro relacionado com o tempo de atuação no ensino superior. Uma particularidade, que foi explorada junto ao grupo de 113 (100%) indivíduos do estudo, que ficou distribuída da seguinte forma: 8 (7,1%) com até 1 ano; 7 (6,2%) entre 2 ano e 3 anos; 7 (6,2%) entre 4 anos e 5 anos; 13 (11,5%) entre 6 anos e 7 anos; 22 (19,5 %) entre 8 anos e 10 anos; e 56 (49,5%) mais de 11 anos. O Gráfico 9 representa o tempo de atuação do grupo investigado.

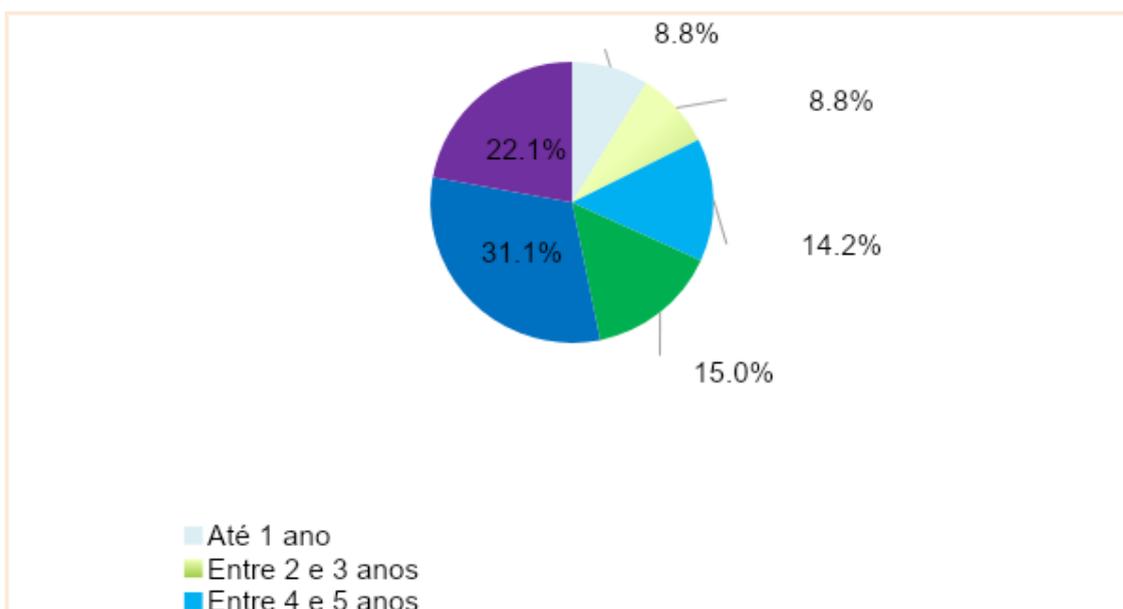
Gráfico 9: Tempo de atuação no ensino à distância



Fonte: Autor.

Ainda sobre o tempo de atuação no ensino superior, a Questão 4 ressaltou o período de experiência com a modalidade de ensino à distância. Encontrando-se, dentre o grupo de 113 (100%) indivíduos do estudo, o seguinte panorama: 10 (8,8%) com até 1 ano; 10 (8,8%) entre 2 ano e 3 anos; 16 (14,2%) entre 4 anos e 5 anos; 17 (15%) entre 6 anos e 7 anos; 35 (31,1%) entre 8 anos e 10 anos; e 25 (22,1%) mais de 11 anos. O Gráfico 10 destaca o tempo de experiência com o ensino à distância do grupo investigado.

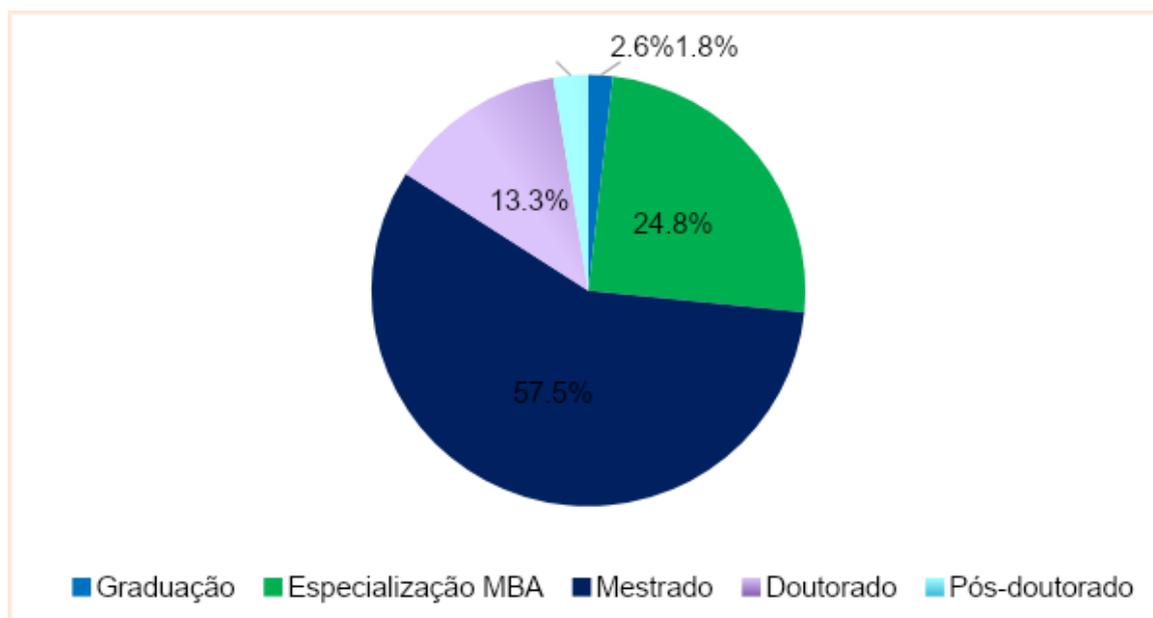
Gráfico 10: Tempo de experiência com o ensino à distância



Fonte: Autor.

A Questão 5 explorou o nível acadêmico dos 113 (100%) participantes do estudo, sendo encontrado a seguinte distribuição: 2 (1,8%) com graduação; 28 (24,8%) com especialização Master in Business Administration (MBA); 65 (57,5%) com mestrado; 15 (13,3%) com doutorado; e 3 (2,6%) com pós-doutorado. O Gráfico 11 apresenta o nível acadêmico do grupo investigado.

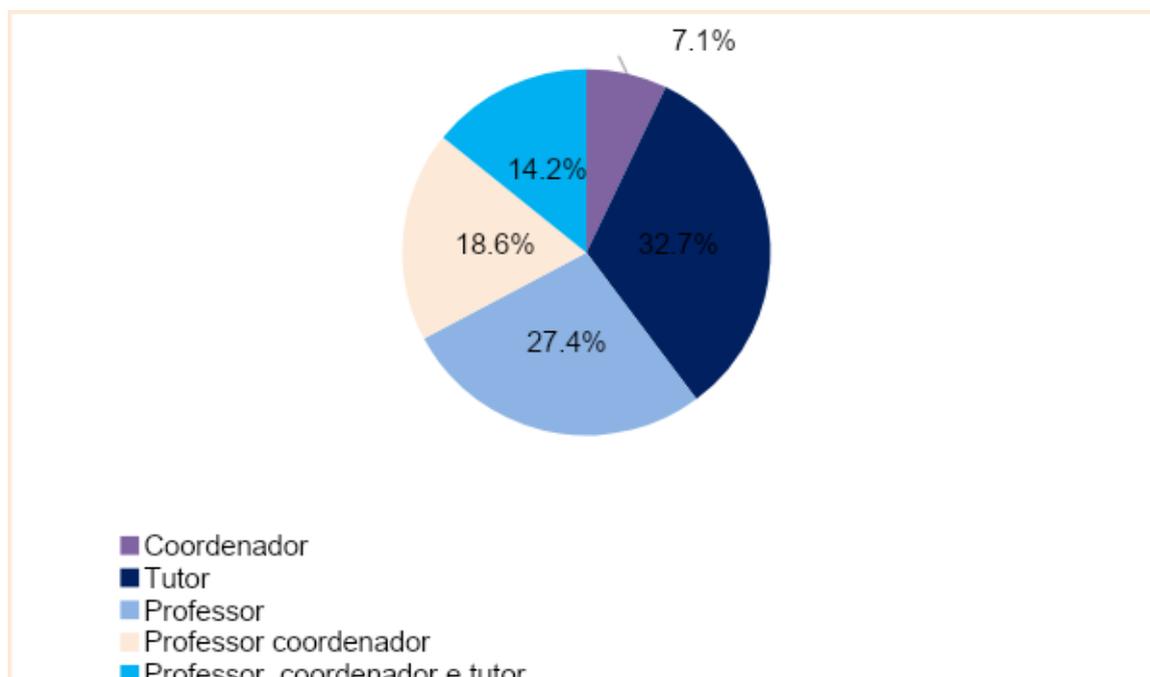
Gráfico 11: Nível acadêmico



Fonte: Autor.

A Questão 6 tratou dos tipos de cargo de atuação no ensino à distância dos 113 (100%) participantes do estudo, assim como o acúmulo destes. Ficando os tipos de cargos e acúmulo destes distribuídos da seguinte maneira: 8 (7,1%) coordenadores; 37 (32,7%) tutores; 31 (27,4%) professores; 21 (18,6%) professores e coordenadores; e 16 (14,2%) professores e coordenadores e tutores. O Gráfico 12 apresenta a distribuição de cargos, e o acúmulo deles, entre os participantes do estudo.

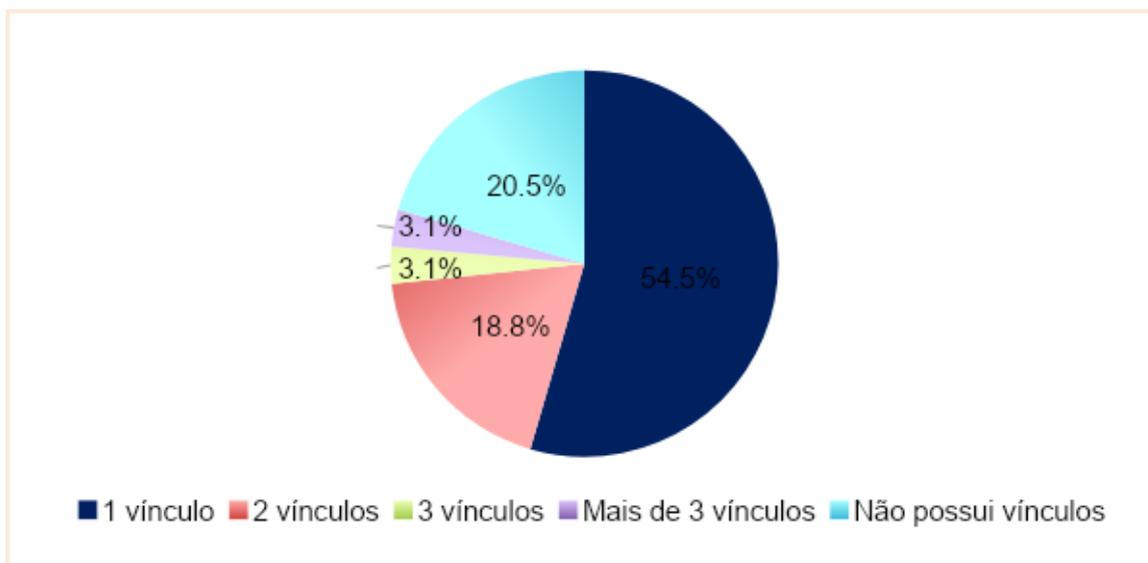
Gráfico 12: Tipos de cargo, e acúmulo deles, entre os docentes



Fonte: Autor.

A Questão 7 identificou quantos vínculos empregatícios, junto as IES privadas, os 113 (100%) participantes do estudo possuem. Entendendo-se por vínculo empregatício contratos conexos à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e contratos temporários. Havendo, dentre os 113 (100%) participantes do estudo, as situações: 62 (54,5%) com 1 vínculo; 21 (18,8%) com 2 vínculos; 4 (3,1%) com 3 vínculos; 4 (3,1%) mais de 3 vínculos; e 23 (20,5%) não possuem vínculos. O Gráfico 13 representa a distribuição da quantidade de quantos vínculos empregatícios entre os participantes do estudo.

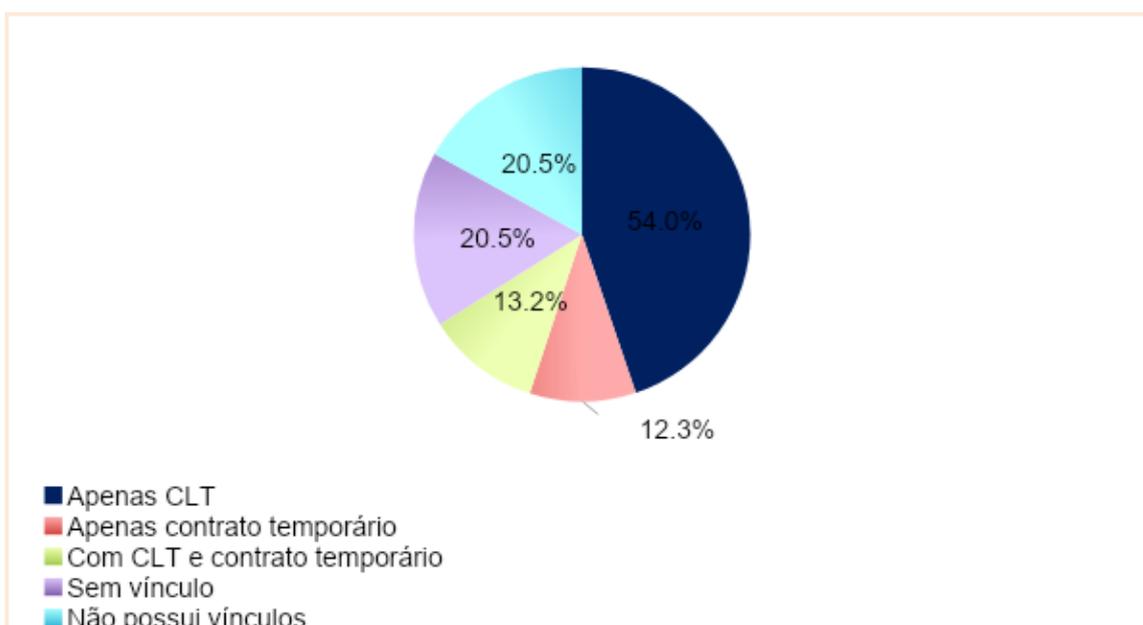
Gráfico 13: Número de vínculos empregatícios



Fonte: Autor.

A Questão 8 explorou os tipos de vínculos empregatícios dos participantes do estudo nas IES privadas. Existindo, dentre os 113 (100%) participantes do estudo, as colocações: 62 (54,5%) com apenas CLT; 13 (12,1%) com apenas contrato de trabalho temporário; 15 (13,1%) com CLT e contrato de trabalho temporário; e 23 (20,3%) sem qualquer tipo de vínculo empregatício. O Gráfico 14 faz a representação dos tipos de vínculos empregatícios do grupo investigado.

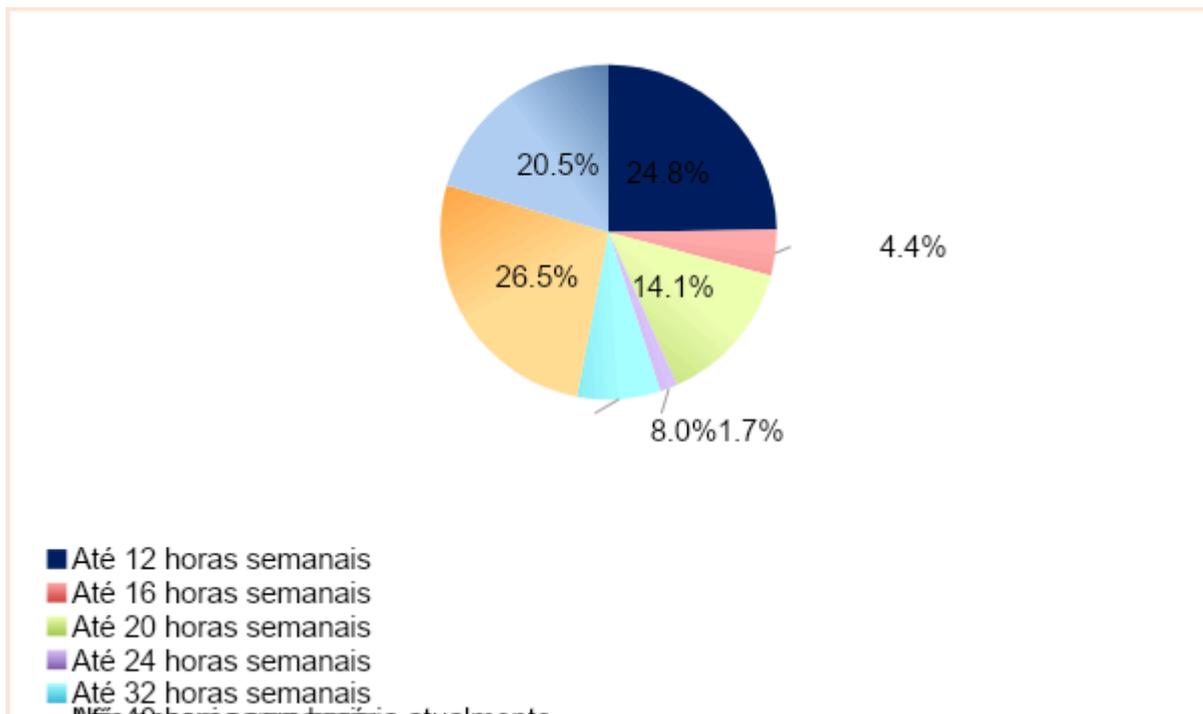
Gráfico 14: Tipo de vínculo empregatício com as IES privadas



Fonte: Autor.

A Questão 9 destacou as horas semanais trabalhadas dos participantes do estudo. Havendo, dentre os 113 (100%) participantes do estudo, os posicionamentos: 28 (24,8%) com até 12 horas semanais; 5 (4,4 %) com até 16 horas semanais; 16 (14,1%) com até 20 horas semanais; 2 (1,7%) com até 24 horas semanais; 9 (8%) com até 32 horas semanais; 30 (26,5%) com até 40 horas semanais; e 23 não possuem carga horária atualmente. O Gráfico 15 apresenta a carga horária de trabalho semanal dos participantes do estudo.

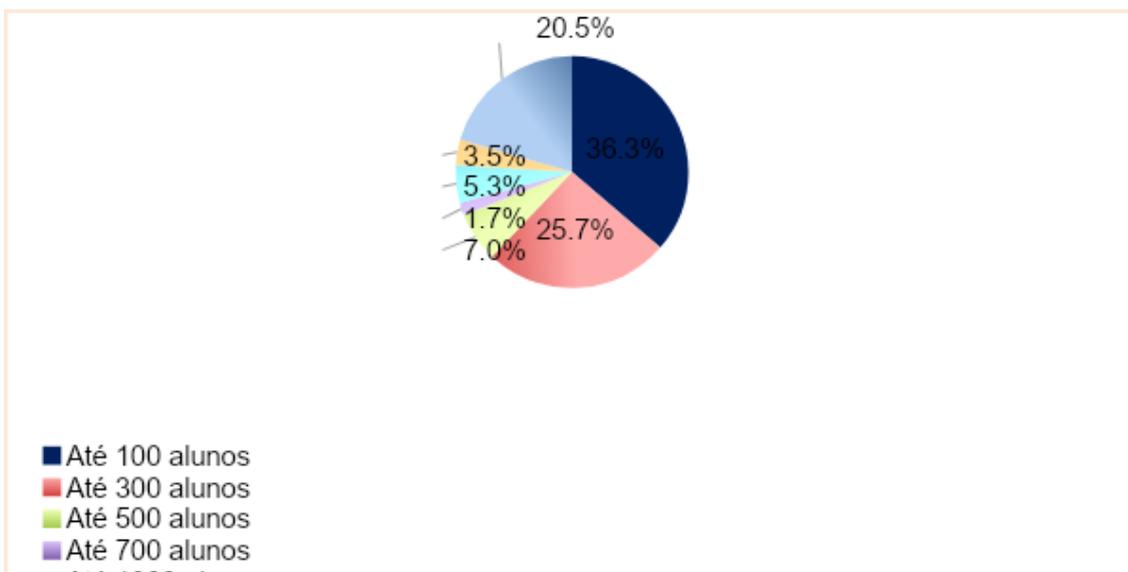
Gráfico 15: Horas semanais trabalhadas



Fonte: Autor.

A Questão 10 indagou a quantidade de alunos assistida pelos 113 (100%) participantes do estudo na modalidade do ensino à distância. Sendo o resultado: 41 (36,3%) com até 100 alunos; 29 (25,7%) com até 300 alunos; 8 (7%) com até 500 alunos; 2 (1,7%) com até 700 alunos; 6 (5,3%) com até 1000 alunos; 4 (3,5%) mais de 1000 alunos; e 23 (20,5%) não possuem alunos. O Gráfico 16 ilustra a quantidade de alunos da modalidade do ensino à distância assistidos pelos participantes do estudo.

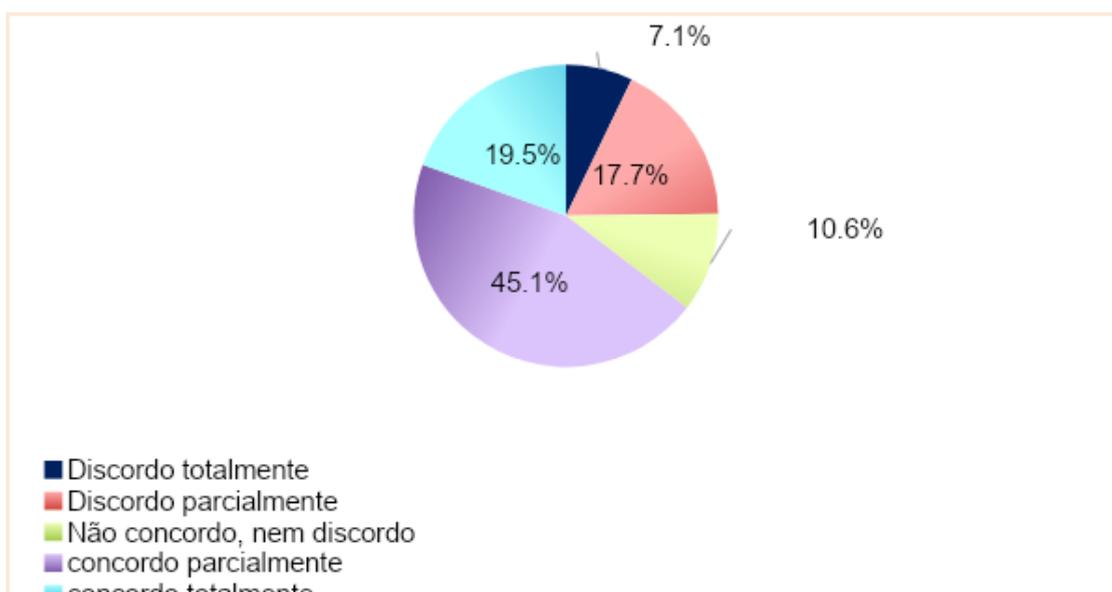
Gráfico 16: Quantidade de alunos assistida pelos docentes



Fonte: Autor.

A Questão 11 indagou, aos 113 (100%) participantes do estudo, se o ensino à distância tem influência positiva no ensino superior. Sendo o resultado: 8 (7,1%) discordam totalmente; 20 (17,7%) discordam parcialmente; 12 (10,6%) não concordam, nem discordam; 51 (45,1) concordam parcialmente; e 22 (19,5%) concordam totalmente. O Gráfico 17 representa as opiniões dos participantes do estudo quanto a influência positiva do ensino à distância para o ensino superior.

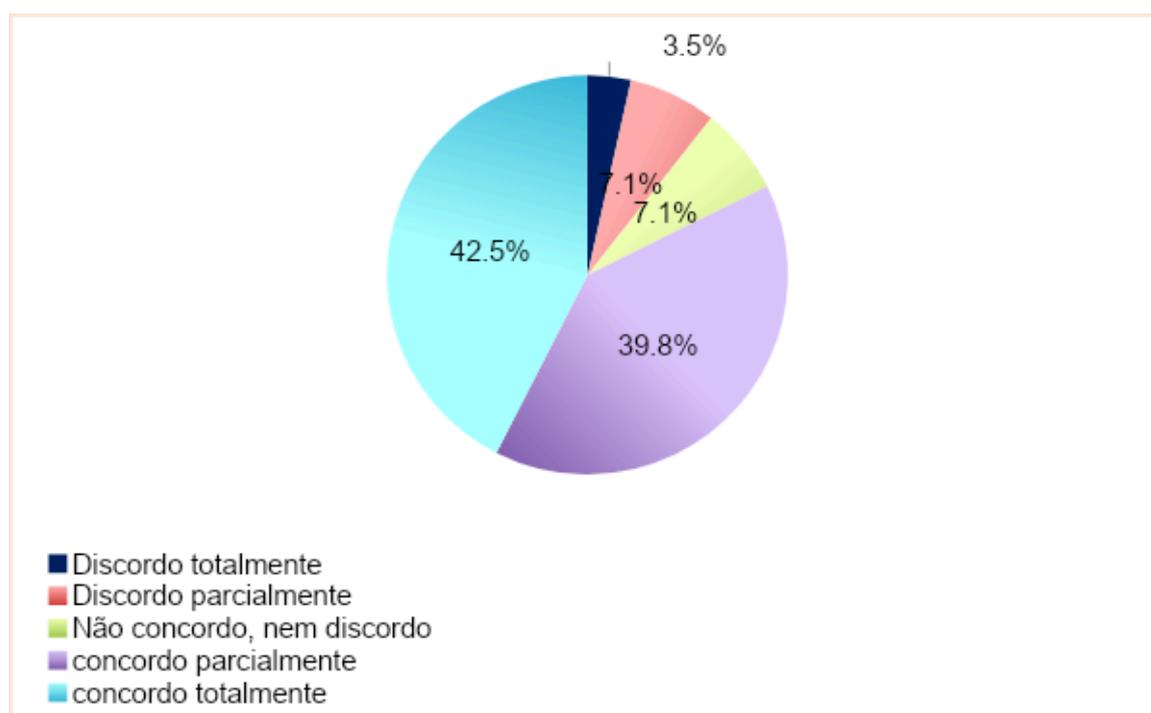
Gráfico 17: Concordam que o ensino à distância positiva para o ensino superior



Fonte: Autor.

A Questão 12 trouxe à tona a questão de o ensino à distância ser um fator de inclusão para as classes C e D no ensino superior. Sendo a apreciação dos 113 (100%) participantes do estudo: 4 (3,5%) discordam totalmente; 8 (7,1%) discordam parcialmente; 8 (7,1%) não concordam, nem discordam; 45 (39,8%) concordam parcialmente; e 48 (42,5%) concordam totalmente. O Gráfico 18 destaca a distribuição das apreciações dos participantes do estudo.

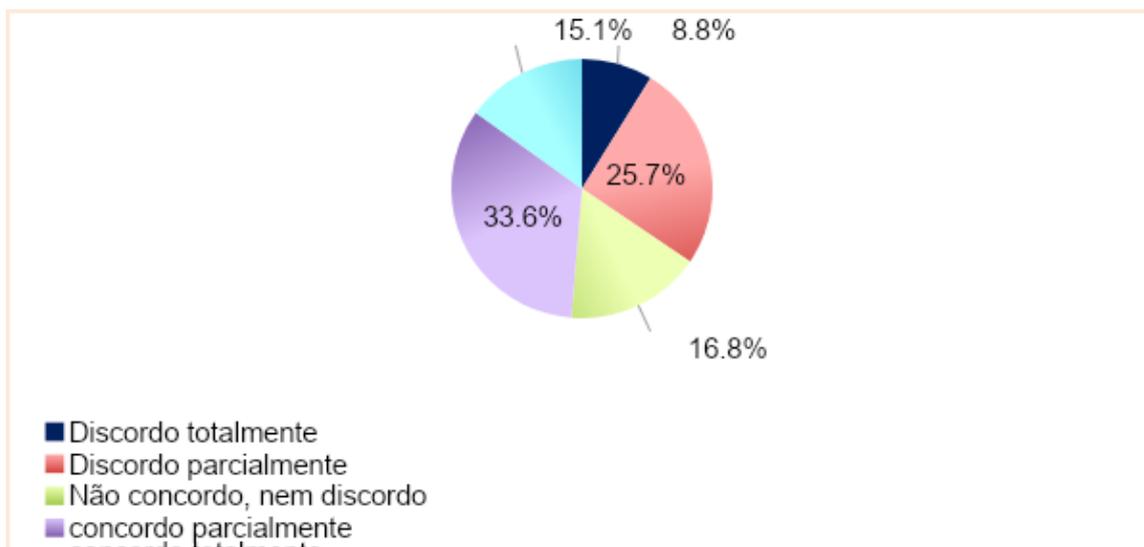
Gráfico 18: Ensino à distância inclui as classes C e D no ensino superior



Fonte: Autor.

A Questão 13 explorou o assunto modelo pedagógico para o ensino à distância, ou seja, se atualmente está ou não bem definido nas IES privadas. Sendo as apreciações dos 113 (100%) participantes do estudo sobre o assunto: 10 (8,8%) discordam totalmente; 29 (25,7%) discordam parcialmente; 19 (16,8%) não concordam, nem discordam; 38 (33,6%) concordam parcialmente; e 17 (15,1 %) concordam totalmente. O Gráfico 19 ressalta as apreciações dos participantes do estudo acerca do preparo pedagógico na modalidade do ensino à distância.

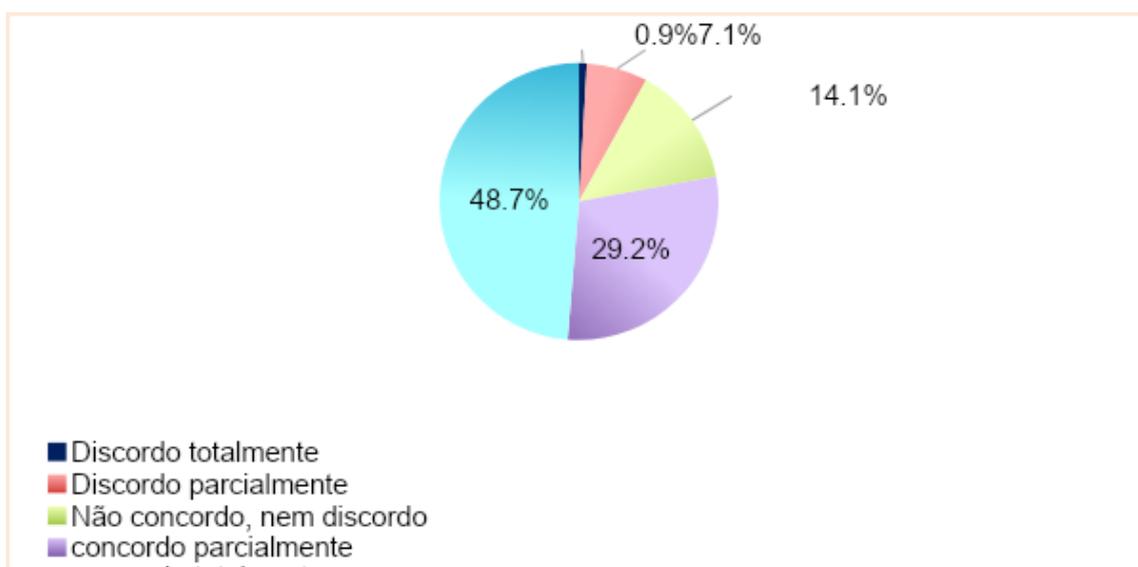
Gráfico 19: Há boa definição na estrutura pedagógica do ensino à distância



Fonte: Autor.

A Questão 14 explorou o assunto intensificação do trabalho do docente na modalidade do ensino à distância. Ficando as apreciações dos 113 (100%) participantes do estudo da seguinte forma: 1 (0,9%) discorda totalmente; 8 (7,1%) discordam parcialmente; 16 (14,1%) não concordam, nem discordam; 33 (29,2%) concordam parcialmente; e 55 (48,7%) concordam totalmente. O Gráfico 20 destaca as apreciações dos participantes do estudo acerca da intensificação do trabalho do docente na modalidade do ensino à distância.

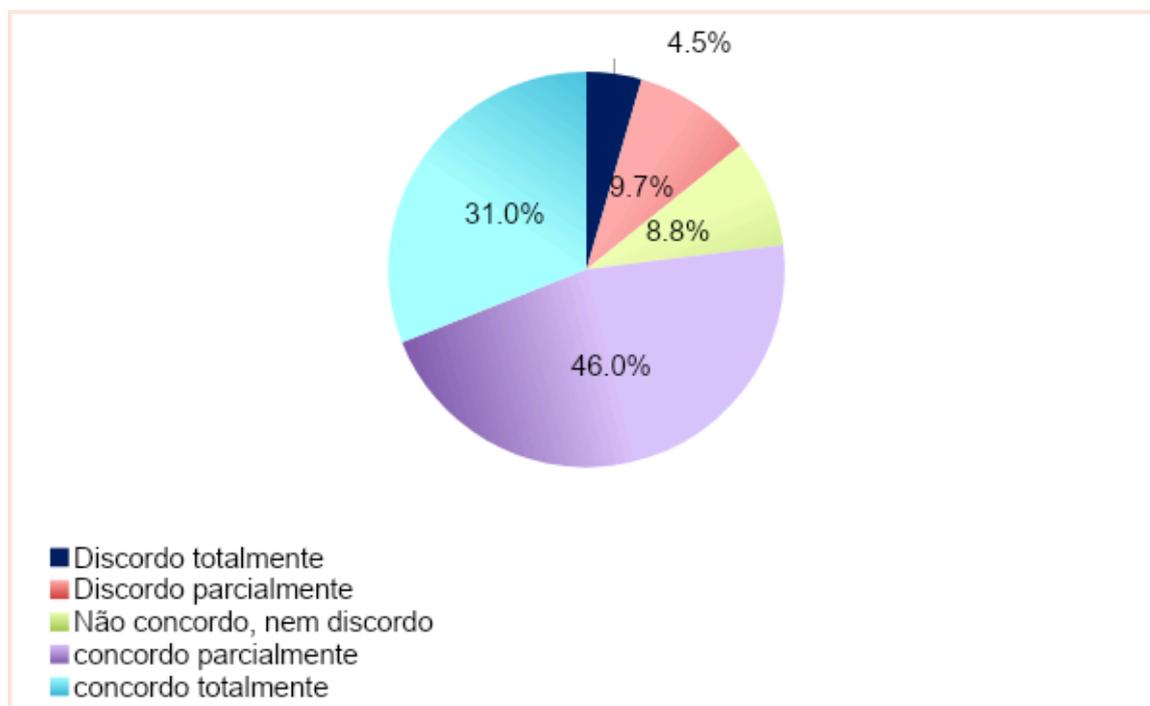
Gráfico 20: Há intensificação no trabalho do docente no ensino à distância



Fonte: Autor.

A Questão 15 explorou o assunto precarização do ensino superior devido ao uso da modalidade do ensino à distância. Chegando-se aos seguintes posicionamentos dos 113 (100%) participantes do estudo: 5 (4,5%) discorda totalmente; 11 (9,7%) discordam parcialmente; 10 (8,8%) não concordam, nem discordam; 52 (46%) concordam parcialmente; e 35 (31%) concordam totalmente. O Gráfico 21 ressalta os posicionamentos dos participantes do estudo acerca da influência da modalidade do ensino à distância na precarização do ensino superior.

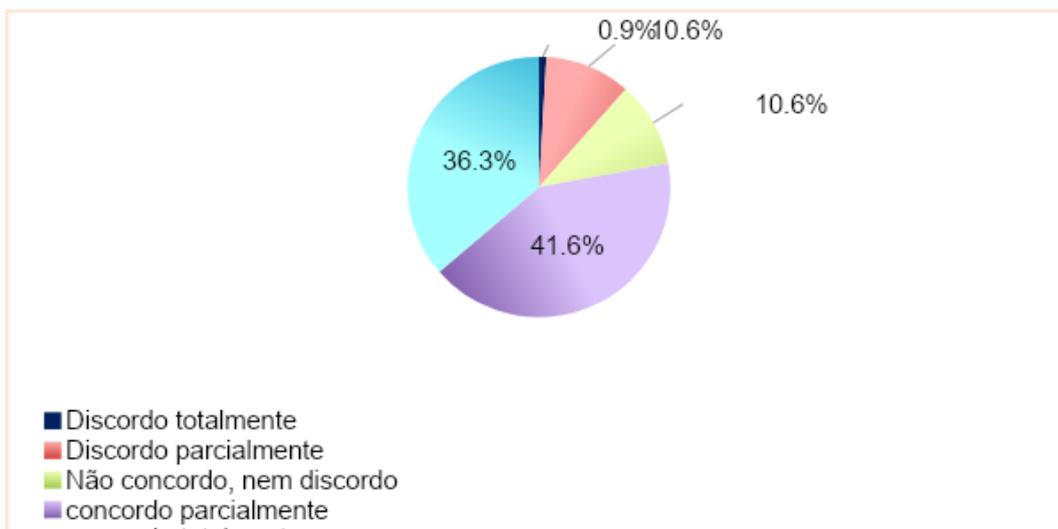
Gráfico 21: A modalidade do ensino à distância precariza o ensino superior



Fonte: Autor.

A Questão 16 tratou do assunto perda dos direitos trabalhistas para os docentes devido vínculo com a modalidade do ensino à distância. Encontrando-se os seguintes posicionamentos dos 113 (100%) participantes do estudo: 1 (0,9%) discorda totalmente; 12 (10,6%) discordam parcialmente; 12 (10,6%) não concordam, nem discordam; 47 (41,6%) concordam parcialmente; e 41 (36,3%) concordam totalmente. O Gráfico 22 destaca os posicionamentos dos participantes do estudo sobre a perda dos direitos trabalhistas na atuação da modalidade do ensino à distância.

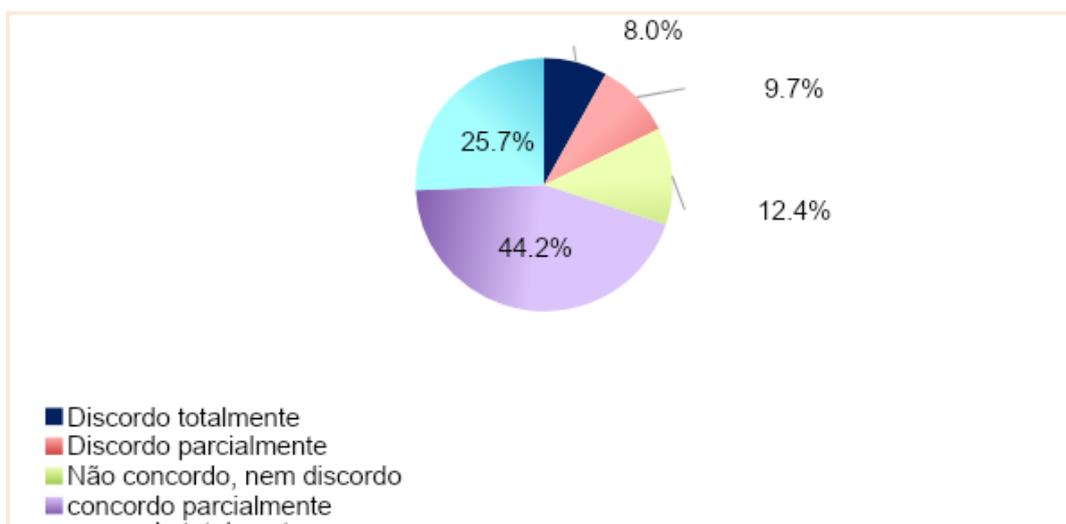
Gráfico 22: Há perda dos direitos trabalhistas no ensino à distância



Fonte: Autor.

A Questão 17 explorou o assunto perda de autonomia do trabalho dos docentes na modalidade do ensino à distância. Sendo os posicionamentos dos 113 (100%) participantes do estudo: 9 (8%) discorda totalmente; 11 (9,7%) discordam parcialmente; 14 (12,4%) não concordam, nem discordam; 50 (44,2%) concordam parcialmente; e 29 (25,7%) concordam totalmente. O Gráfico 23 destaca os posicionamentos dos participantes do estudo sobre a perda de autonomia do trabalho dos docentes na modalidade do ensino à distância.

Gráfico 23: Há perda de autonomia dos docentes no ensino à distância



Fonte: Autor.

Com a apuração do questionário conforme descrita até aqui, foi possível conferir que, no grupo de 113 (100%) docentes participantes do estudo, havia uma ampla faixa-etária, ficando entre 25 e 70 anos. Ainda, no grupo de participantes, a maioria, formada por 61 (54%) docentes, se identificou com o gênero masculino. No entanto, a distribuição de faixa-etária não foi um resultado discrepante, pois não há uma diferença muito grande entre a quantidade com identificação masculina e com identificação feminina.

Outro fator interessante, é que no grupo investigado havia maioria com mais de 11 anos de atuação no ensino superior, sendo 56 (49,5%) docentes. Porém, na atuação no ensino à distância o período de atuação da maioria ficou entre 8 e 10 anos, correspondendo a 35 (31,1%) docentes. Ainda, conferiu-se, que a maioria do grupo investigado são mestres, sendo 65 (57,5%) docentes. Percebe-se, de tal forma, que o grupo investigado tinha bom tempo de experiência no ensino superior e, também, na modalidade desta à distância, possuindo boa qualificação educacional com nível de mestrado. Ou seja, o grupo investigado está estruturado com qualificação condizentemente com as exigências de contratação do mercado mercantilista das IES privadas, tal como explicitado por Oyama (2012), Cruz e Paula (2018), Calderón (2000), Oliveira e Santos (2022) e Bechi (2011).

No que tange ao tipo de cargo e acúmulo de cargos na seara da educação à distância, foi possível perceber no grupo investigado que havia: uma maioria com o cargo único de tutor, sendo 37 (32,7%) docentes; e uma parte menor com acúmulo de cargos, 21 (18,6%) dos docentes, atuando como professores e coordenadores. Sendo possível perceber a existência da situação de acúmulo de cargos, ou funções, tal como aparece na literatura, tratando-se de um elemento de precarização do trabalho do docente conforme elucidado por Antunes (2006), Morais (2022), Veloso e Mill (2018), Mancebo, Maués e Chaves (2006) e Moura et al (2019).

Ainda com base nos autores citados, conferiu-se outro elemento de precarização, que é a intensificação do trabalho na modalidade à distância. Haja vista, que a quantidade de alunos assistidos pela maioria do grupo investigado, 41 (36,3%) docentes, era de 100 alunos, e, extraordinariamente, também existiam, mesmo que em minoria de 4 (3,5%), docentes com mais de 1000 alunos assistidos. Outro fator que chamou a atenção no estreito de elemento de precarização, foi a carga horária, visto que somente 30 (26,5%) docentes do grupo de 113 (100%)

investigado, atuava até 40 horas semanais, cerca de oito horas cinco dias por semana, montante tido como ideal de horas trabalhadas por semana.

Porém, a apuração do questionário trouxe um contraponto aos ditames dos autores Standing (2013), Castel (1998) e Antunes (2005), acerca da precarização, no que tange às perdas de direitos, o que lesiona a dignidade social. Isto porque, mais da metade do grupo investigado, 62 (54,5%) docentes, tinha apenas um vínculo empregatício e era CLT. Ou seja, a maioria dos docentes estavam com seus direitos trabalhistas devidamente protegidos.

Quanto ao panorama dos pareceres do grupo de 113 (100%) docentes sobre a modalidade do ensino à distância, o Quadro 1 sintetiza o material coletado.

Quadro 1: Pareceres do grupo investigado sobre o ensino à distância

Assunto	Pareceres
A modalidade do ensino à distância é positiva para o ensino superior.	Maioria de 51 (45,1%) docentes concorda parcialmente.
	Minoria 8 (7,1%) docentes discorda totalmente.
A modalidade do ensino à distância ser para as classes C e D inclusiva no ensino superior.	Maioria de 48 (42,5%) docentes, concordou totalmente.
	Minoria de 4 (3,5%) docentes discordou totalmente.
O modelo pedagógico do ensino à distância nas IES privadas está bem definido.	Maioria de 38 (33,6%) docentes concorda parcialmente.
	Minoria de 10 (8,8%) docentes discordou totalmente.
A modalidade do ensino à distância intensificou o trabalho do docente nas IES privadas.	Maioria de 55 (48,7%) docentes concorda totalmente.
	1 (0,9%) docente discordou totalmente.
A modalidade do ensino à distância precarizou o ensino superior.	Maioria de 52 (46%) docentes concorda parcialmente.
	Minoria de 5 (4,5%) docentes discordou totalmente.
A modalidade do ensino à distância traz perda dos direitos trabalhistas para os docentes.	Maioria de 47 (41,6%) docentes concorda parcialmente.
	1 (0,9%) docente discordou totalmente.

A modalidade do ensino à distância traz perda de autonomia para os docentes.	Maioria de 50 (42,2%) docentes concorda parcialmente.
	Minoria de 9 (8%) docentes discordou totalmente.

Fonte: Autor.

Observa-se, entre os pareceres, que os únicos assertivos são os que concordam totalmente com as situações: a modalidade de ensino à distância é inclusiva para as classes C e D no ensino superior; e a modalidade do ensino à distância intensificou o trabalho do docente nas IES privadas. Portanto, na opinião do grupo de docentes investigados, a modalidade do ensino à distância é benéfica para incluir no ensino superior classes menos favorecidas da sociedade, porém, ao mesmo tempo, gera intensificação para o trabalho do docente.

Averigua-se, também, que na maioria dos pareceres os posicionamentos foram imparciais, indicando uma conotação de insegurança no ambiente de trabalho do ensino à distância nas IES privadas. Isto porque, a concordância parcial relacionou-se com assuntos importantes no esteio da modalidade do ensino à distância, sendo: tê-lo como positivo para o ensino superior; compreendê-lo como bem definido pedagogicamente; vê-lo como fator de precarização do ensino superior; entendê-lo como gerador de perda dos direitos trabalhistas dos docentes; e compreendê-lo como fator de perda de autonomia para os docentes. Confere-se, assim, que paira uma insegurança entre o grupo investigado, o que é condizente com a aceitação de elementos de precarização e flexibilização nas relações de emprego do docente, conforme explicitado por Araújo e Jezine, (2021) e Oliveira (2008). Até porque, mesmo com o aumento exponencial nas matrículas de alunos nas IES privadas, existiu queda contínua na oferta de vagas para docentes nos últimos sete anos, tal como demonstrado nos dados do Censo da Educação Superior de 2022, feito pelo Ministério da Educação e INEP (BRASIL, 2023). Logo, há insegurança no ambiente de contratação do docente por parte das IES privadas. Conjectura que, por sua vez, faz com que os docentes aceitem situações relacionadas com perdas de seus direitos e/ou garantias, tal como enaltecido por Standing (2013), Castel (1998), Araújo e Jezine, (2021) e Antunes (2005).

4.2 Entrevistas

A abordagem qualitativa do estudo, feita por meio de entrevistas, teve por base o roteiro com 25 indagações, o qual se encontra no Apêndice 3, sendo os resultados e análises destacados na subseção corrente.

Devido às entrevistas envolverem maior proximidade do pesquisador com o grupo investigado, elegeu-se o posicionamento de sigilo das identidades dos 8 docentes entrevistados. Portanto, para identificação dos entrevistados, elegeu-se o uso de letras do alfabeto para diferenciá-los, sendo que a mesma postura foi utilizada para nomear cada uma das IES privadas envolvidas com o grupo investigado. Assim sendo, os Quadros 2 e 3, fazem a devida apresentação dos perfis dos entrevistados e das IES privadas, utilizando a nomenclatura de letras do alfabeto para identificá-los.

Quadro 2: Perfil das IES privadas

Identificação	Localização
IES A	Região Metropolitana
IES B	Região Metropolitana
IES C	Capital RJ
IES D	Capital RJ
IES E	Capital RJ
IES F	Capital RJ

Fonte: Autor.

Quadro 3: Perfil dos docentes entrevistados

Identificação	Função	Tempo lecionando em IES privadas	IES privadas em que atua
Entrevistado A	Coordenador(a) Pedagógico(a), Tutora online e professora	4 anos	IES A, IES B

Entrevistado B	Diretor, Professor online e Professor Presencial	4 anos	IES A, IES B
Entrevistado C	Professor Conteudista, Professor online e presencial	30 anos	IES B, IES C
Entrevistado D	Professor, assistente de coordenação, conteudista, professor online e presencial	16 anos	IES A, IES D
Entrevistado E	Tutora presencial, professora e Contadora	6 anos	IES B
Entrevistado F	Professora, tutora online e assistente de coordenação	9 anos	IES A
Entrevistado G	Professora, tutora online e Conteudista	9 anos	IES A, IES E
Entrevistado H	Professora, tutora e conteudista	13 anos	IES A, IES F

Fonte: Autor.

Ressalta-se, também, que dos 8 entrevistados, 5 identificaram-se com gênero feminino e 3 com o masculino. O Quadro 3 demonstra que os docentes do grupo de entrevistados possuem um tempo significativo de docência no ensino superior, sobretudo o entrevistado C.

A análise das entrevistas que se segue está subdividida da seguinte maneira, inicialmente a pesquisa traz à luz a categoria: O profissional de educação e sua desvalorização, tratando da precarização do docente a partir de seus próprios olhares. Neste tópico, a entrevista é centrada em elementos relacionados ao docente e em como este sujeito da pesquisa enxerga e é afetado pela precarização.

Posteriormente é abordada a segunda categoria da pesquisa qualitativa, sendo: O ensino superior como um produto, explorando a mercantilização do ensino e suas facetas na precarização dos docentes. Nesta segunda categoria é vislumbrado o entendimento dos docentes sobre a mercantilização e como este elemento tem influência na precarização.

4.2.1 O profissional de educação e sua desvalorização, tratando da precarização do docente a partir de seus próprios olhares.

Nesta categoria, exploramos a desvalorização do profissional de educação sob diversos olhares, destacando a precarização do docente no ensino superior no contexto educacional contemporâneo.

Inicialmente, é fundamental compreender que a desvalorização do profissional de educação não se limita apenas à esfera salarial, mas abrange uma série de aspectos que impactam diretamente sua qualidade de vida e seu desempenho profissional.

Para responder aos anseios desta categoria de pesquisa, foi analisada a perspectiva dos entrevistados em relação à trajetória profissional e acadêmica e posteriormente o contexto da precarização.

Sob este olhar, observam-se distintos caminhos percorridos. Sendo que todos os integrantes do grupo de entrevistados vieram do meio empresarial para o acadêmico, situação perceptível na fala do Entrevistado A:

(...) Iniciei minha trajetória na área empresarial e somente depois ingressei no viés acadêmico (Entrevistado A).

Já o Entrevistado B apresentou o início de sua carreira profissional como empreendedor e atuante no âmbito administrativo, porém, posteriormente, relatou que buscou a universidade para aprimorar seus conhecimentos, em meio às oportunidades. De tal modo, destacou que assumiu o papel docente nas modalidades presenciais e à distância, conforme trecho de sua entrevista:

(...) Fui empreendedor, busquei a Universidade para agregar conhecimento, já atuando como administrativo e posteriormente como docente tanto presencial, quanto ensino à distância (Entrevistado B).

O Entrevistado C revelou uma trajetória empresarial de quase 15 anos, seguida pela inserção na carreira acadêmica, destacando a coexistência de ambas as dimensões em sua jornada, conforme sua explanação:

(...) "Militei na área profissional durante quase 15 anos e depois. Dividir o espaço com a carreira acadêmica (Entrevistado C).

Os entrevistados D, E, F, G e H também destacaram a mesma particularidade, ou seja, vieram do mercado empresarial para vida acadêmica. Sendo que, a dinâmica do trabalho docente tem sido alvo de significativas transformações no âmbito da perspectiva educacional. Situação que exerceu influência direta no cotidiano das IES, tal como ressaltado por Linhart (2014). Situação destacada pelo Entrevistado A:

(...) Representa o poder de transformar a vida das pessoas. Levar conhecimento e desenvolvimento de habilidades e atitudes, muito além do conhecimento acadêmico (Entrevistado A).

A educação ensina o conhecimento científico, desenvolve autonomia para entender e transformar práticas sociais, elevando o domínio do conhecimento, conforme destacado por Martins e Duarte (2010). O ensino superior, produz e dissemina conhecimento por meio da pesquisa acadêmica, além de preparar a sociedade para o mercado profissional, situação expressa por Bechi (2011). Haja vista, que atualmente o aprender, o conhecer e o ter competência são uma tríade com significados e valores diferenciados do passado, não sendo mais a mesma coisa. Logo, o pensar não pode ser considerado mero diletantismo e abstração, conforme dito por Bechi (2011). Neste ponto, como mencionado, todos os entrevistados tiveram experiências profissionais anteriores à docência, a qual foi tida por eles como uma forma de complementar a renda. O Entrevistado C representa este posicionamento na seguinte passagem de sua entrevista:

(...) não escolhi, ela veio chegando, eu tinha um pé na área comercial e outro no turismo e apareceu oportunidade (Entrevistado C).

Além disso, um dado sutil, que deve ser evidenciado, é que os entrevistados destacaram ter paixão por lecionar, justamente por intuírem fazer a diferença no estreito educacional junto aos alunos. Contudo, os entrevistados colocaram-se com nível de exigência alto, num nível de autocobrança, posto se verem como agentes de motivação educacional dos alunos. Conjectura que é perceptível nas falas dos Entrevistados E, B e G:

Gosto de estudar e incentivar pessoas a alcançarem seus objetivos

(Entrevistado E).

Gosto da sala de aula e tenho paixão por lecionar (Entrevistado B).

Sempre me cobro muito na vida pessoal e na vida profissional (Entrevistado G).

A precarização do trabalho no ensino superior na rede privada se manifesta de maneira acentuada, sendo caracterizada por uma série de aspectos, que envolvem desde a diminuição até a supressão de direitos e benefícios trabalhistas, conforme demonstrado por Antunes e Praun (2015), André, Silva e Nascimento (2019), Antunes (2006) e Veloso e Mill (2018). Nesse ponto, a precarização impacta as condições de trabalho do docente, afetando a sua performance no processo de aprendizagem dos alunos, assunto destacado por Moura et al (2019). Conjuntura perceptível no trecho da entrevista do Entrevistado A:

Acredito que a docência é um trabalho precarizado, falta reconhecimento para profissão. O trabalho e a forma de ensinar mudam, a remuneração não (Entrevistado A).

Justamente, a precarização ganha força quando se estrutura o formato de trabalho com uma diminuição de direitos, fragilizando e enfraquecendo os vínculos empregatícios, conforme definições de Standing (2013), Castel (1998) e Antunes (2005). Logo, o profissional trabalhador, por meio de suas perdas de direitos e garantias, acaba por se sujeitar a situação de precariedade, tal como expresso por Standing (2013), Castel (1998). Colocando-se, em especial, o profissional docente, sujeito à flexibilização, que, por conseguinte, amalgama-se com a precarização. Uma ambientação, que com base em Moraes (2022), abrange: a insegurança das contratações temporárias; a saturação devido a intensificação do trabalho; e a vulnerabilidade ocasionada pela perda de autonomia no processo de trabalho do docente. Situações de instabilidade que compactuam com a noção de trabalho precário e socialmente empobrecido, destacadas por Wresinski (1987) e Castel (1998) há décadas. Assim sendo, sobre os olhares da precarização, alguns entrevistados alegaram perdas de seus direitos em algumas IES privadas, podendo se perceber tal situação nos seguintes trechos das entrevistas:

Trabalhei e trabalho em Instituições que não respeitam as leis. Não realizaram os depósitos FGTS em alguns momentos, o pagamento

de salário atrasado quase todos os meses e agora em 2023 a mudança no contrato de trabalho de horista para TP e TI com salário-hora inferior ao contrato anteriormente (Entrevistado H).

Olha acredito que sim, nunca observei nada de errado na IES A, a não ser na IES E, não era registrado como professor, quando entrei era outro cbo (Entrevistado G).

Analisando a legislação, elas “IES A e B” atuam dentro dos direitos do trabalhador de maneira “correta”, contudo muitas empresas se valem de acordos coletivos para reduzir ainda mais a faixa de dissídio retroativo e/ou nomenclaturas de cargos (Entrevistado A).

Neste entendimento, os entrevistados também avaliaram a precarização enquanto perda de autonomia e intensificação de trabalho. Conforme elucidado Mancebo, Maués e Chaves (2006), os docentes passaram a assumir novas responsabilidades, as quais antes eram atribuídas a outros funcionários de apoio. Agora, além de cuidar da sala de aula, dos alunos e da pesquisa, os docentes necessitam lidar com uma carga crescente de tarefas administrativas. O trabalho acelerado do docente está associado a um ritmo intenso em suas atividades de ensino, pesquisa e extensão, gerando para si uma pressão emocional prejudicial, que afeta sua saúde física, mental e social, conforme elucidado por Reis e Cecílio, (2014). Uma conjuntura perceptível nas entrevistas, especialmente quando se explorou o assunto sobrecarga de trabalho. Neste tópico, alguns entrevistados normatizaram sobrecarga de trabalho em seus cotidianos. Inclusive, pode-se percebê-la como elemento de precarização, conferindo-se os trechos a seguir:

Vejo com sobrecarga de funções, pouca autonomia, dependência tecnológica e pouca capacitação (Entrevistado F).

Hoje você é muito cobrado e pouco recebe, um salário baixo e muito trabalho. Acredito, principalmente nessas que são voltadas para o ensino à distância, que a longo prazo, se você reduz muito o custo, vai impactar a qualidade (Entrevistado H).

Precarizado sim, sendo uma estratégia das empresas e do governo, Governo por via da empregabilidade a qualquer custo e a segunda premissa das empresas e para diminuir custo, diminuindo salário do professor, eliminando doutores, mestres e contratando especialistas ou alunos de faculdade (Entrevistado C).

Outro dado interessante presente nas entrevistas, remete ao impacto da precarização na saúde e bem-estar dos entrevistados. O que compactua com os

dizeres de Reis e Cecílio, (2014), que destacam as demandas e as queixas dos professores com abrangência em vários aspectos, tais como: as condições de trabalho, as relações com os alunos e a gestão do tempo. Elementos como a falta de recursos tecnológicos, a longa jornada de trabalho e o comprometimento, além do horário de aula, são desafios frequentes enfrentados pelos docentes.

A necessidade de se manterem atualizados e engajados em diversas frentes, como preparação de aulas, atividades administrativas e participação em eventos, também contribui para um cenário de sobrecarga. Essa multiplicidade de responsabilidades muitas vezes se estende para além do ambiente escolar, interferindo no equilíbrio entre vida profissional e pessoal e resultando em desgaste físico e emocional para os professores, conforme destacado por Reis e Cecílio, (2014).

Nesse entendimento, a sobrecarga de trabalho é um dos principais aspectos da precarização do trabalho docente, podendo ter efeitos adversos na saúde física dos professores. O acúmulo de tarefas, a falta de tempo para descanso adequado e as condições inadequadas de trabalho, ocasionam problemas de saúde como fadiga, dores musculares, distúrbios do sono e até mesmo lesões físicas. Contexto perceptível nas entrevistas, quando se levantou o tópico adoecimento relacionado ao trabalho, vide os trechos:

(...) Sim, hoje eu busco acompanhamento de psicólogo para tentar equilibrar, né, essa questão porque a gente acaba tendo uma pressão. E o que acontece? Há pouco tempo eu já estava numa situação de três dias sem dormir direito e as coisas começaram a ficar tudo escuro, rodando, confuso (Entrevistado D).

(...) sim afetou, tive um episódio de crise de pânico, com muitas cobranças e eu mesmo me cobrando. acabei tendo uma crise do pânico e com certeza afeta a família (Entrevistado G).

Aprofundando o tópico saúde, outros depoimentos foram colhidos, destacando episódios de sintomas de *burnout* relacionados com trabalho docente, sendo:

(...) Sim. Já tive crises de ansiedade e sensação de desmaio no próprio ambiente de trabalho. Em algumas situações, só de pensar em acessar algum documento específico tive ânsia de vômito. Tive problemas para dormir e dor de cabeça aguda (Entrevistado A).

(...) não tive burnout, mas tive um episódio muito claro por causa do estresse no trabalho (Entrevistado B).

(...) Sim. Estresse, cansaço extremo, irritabilidade, insônia, enxaquecas (Entrevistado F).

(...) burnout eu não sei, mas tenho crise de ansiedade e outro (Entrevistado D).

Em síntese, ao explorarmos a categoria "O profissional de educação e sua desvalorização, tratando da precarização do docente a partir de seus próprios olhares", podemos observar a trajetória profissional dos entrevistados, que transitaram do meio empresarial para a vida acadêmica em busca de novas oportunidades e crescimento pessoal. No entanto, mesmo encontrando paixão pelo ensino e reconhecendo a importância da docência na transformação da vida dos alunos, enfrentam desafios decorrentes da precarização do trabalho no ensino superior privado.

A precarização se manifesta através da redução de direitos trabalhistas, sobrecarga de trabalho, perda de autonomia, intensificação das atividades docentes e impactos na saúde física e emocional dos professores. Essa realidade reflete não apenas a desvalorização salarial, mas também a falta de reconhecimento e apoio por parte das instituições de ensino superior mercantilistas, que tem visualizado o ensino como um negócio e muitas vezes o professor como um mero número.

4.2.2 O ensino superior como um produto, explorando a mercantilização do ensino e suas facetas na precarização dos docentes

Nesta categoria, é abordado o fenômeno da mercantilização do ensino superior, que trata a educação como um produto comercializável, e suas implicações na precarização dos docentes. Sob a perspectiva da mercantilização, todos os entrevistados concordam com o fato de que as IES privadas buscam a lucratividade, corroborando com os dizeres de Bechi (2011) e Oliveira e Santos (2022). Segundo os autores, o fenômeno da mercantilização do ensino superior instituiu um formato que tem a educação como um produto comercializável, sujeito às leis do mercado, priorizando a busca pelo lucro e adotando uma perspectiva empresarial. Confira os trechos a seguir:

(...) Em instituições privadas, muitas vezes. É feito todo uma maquiagem, principalmente para o MEC e os alunos ingressantes, mas a preocupação com a qualidade acadêmica cai por terra quando se põem na mesa os números e metas. Docentes são contabilizados como números e custos e alunos como clientes” (Entrevistado A).

(...) poucas instituições visam a qualidade e hoje a grande maioria visa quantidade de alunos em sala, produtividade e lucratividade” (Entrevistado D).

(...) sim, toda IES é assim, tem que ter lucro, agora as mais sérias vão procurar lucro com qualidade (Entrevistado G).

Além disso, ao colocar a lucratividade como foco principal, sobretudo no ensino à distância, as IES mercantis estabeleceram inovações gerenciais, ou seja, instituíram a busca por menores custos operacionais, conforme destacam Mancebo, Maués e Chaves (2006). Justamente, devido ao enxugamento de custos, se aventou a questão da perda da qualidade do ensino superior na modalidade de ensino à distância. Neste ponto, sobre a percepção dos entrevistados acerca da perda de qualidade do ensino superior em detrimento da lucratividade, destacaram-se os trechos:

(...) Sim, pois em muitos casos a autonomia pedagógica e a criatividade são podadas aos docentes.” (Entrevistado A).

(...) Sim, você vai trabalhar com currículo mínimo, usar tecnologias para diminuir custos, mão de obra, a palavra-chave é automatizar processos, com robôs, vídeos etc. (Entrevistado D).

(...) A formação ficou um pouco desvalorizada, diante da competitividade. (Entrevistado E).

Indo além, sobre a particularidade do contraste entre mercantilização e precarização, tomando como norte Nascimento, Cruz e Moura, (2023), Moura et al (2019) e Druck e Seligmann-Silva (2010), a comercialização do ensino e a precarização da profissão trazem consequências lesivas. Neste ponto, o questionamento foi se a mercantilização do ensino tem influência na precarização do trabalho docente. Encontrando-se os seguintes trechos das entrevistas:

(...) total, acabo vendo o trabalhador como funcionário de fábrica, sem capacidade de criação, tirando um pouco da análise crítica, sendo apenas um número (Entrevistado D).

(...) Sim, pq o trabalha você tem um profissional mal qualificado, qualificado ele esta, mais não está preparado para o mercado (Entrevistado C).

(...) sim! eu sou educador de formação, queria deixar claro que sou entusiasta, como diz vigotski, educação se faz com gente (Entrevistado B).

Nesta perspectiva, analisando os dados, 8 (100%) dos entrevistados concordam que o fator lucratividade é o foco principal nas instituições de ensino superior privado, como consequência, perdendo a qualidade do ensino em detrimento da lucratividade.

Outro elemento importante, sendo a cerne da pesquisa, é a modalidade à distância e suas facetas na precarização do trabalho docente. Conforme corroboram André, Silva e Nascimento (2019) e Morais (2022), a educação à distância reflete o processo de mercantilização do ensino superior, o que resulta numa maior precarização das condições de trabalho dos professores. Trazendo esse enredo à tona para os entrevistados, ou seja, se a modalidade de ensino à distância precarizou o ensino superior, cinco dos oito entrevistados alegam que de alguma forma a modalidade teve influência no processo de precarização, vide os trechos:

(...) Precarizou! Aqui no brasil é uma questão econômica, o ead a um custo baixo, a pessoa vai para o ead por via do que a pessoa pode pagar (Entrevistado D).

(...) creio que algumas instituições sim, aquelas que visam o lucro, precarizam! Essas instituições emergentes principalmente, elas precarizaram o mercado, mas existem instituições sérias (Entrevistado G).

(...) eu presenciei esgotamento e falta de oportunidades. hoje eu diria que tem menos oportunidades para professor e hoje, mais para tutores (Entrevistado B).

Cabe aqui também mencionar, a discussão acerca da perda de direitos do professor na modalidade à distância, sobretudo em meio a situação de flexibilização do trabalho, conforme Morais (2022) e Mancebo, Maués e Chaves (2006). Sob o olhar dos entrevistados, se aventou o assunto acerca da modalidade do ensino à distância acarretar perda de direitos, seis dos oito entrevistados alegam que a modalidade teve influência na precarização do ensino superior. Inclusive, um dos entrevistados preferiu não opinar e outro alegou que a modalidade não possui nenhuma influência na precarização. Logo, sobre a modalidade do ensino à

distância trazer perda de direitos, existiram os seguintes trechos das entrevistas:

(...) direitos, sim na medida que você é um profissional isolado, visto que você não tem um sindicato forte e a empresa pode subjugar isso (Entrevistado C).

(...) sim, principalmente no trabalho, o número de pessoas que saíram da sala de aula em detrimento do ead é grande. Lembro que muitos alunos fazem o curso ead por via do preço e é o que dá para maioria, isso tem grande influência no presencial, haja visto que possui toda uma estrutura por trás do aprendizado (Entrevistado D).

(...) Sim! Na modalidade acabamos trabalhando em home office e por estar não tem como respeitar a carga horária e acabamos trabalhando muito mais, a intensidade do trabalho aumentou (Entrevistado G).

Sobre a intensidade de trabalho no modelo à distância, dos oito entrevistados, seis corroboram destacando que a intensidade de trabalho aumentou na modalidade. Tal como destacado por Veloso e Mill (2018), quando tratam da sobrecarga de trabalho, envolvendo excesso de atividades, grande quantidade de alunos, baixa remuneração por hora-aula, entre outros aspectos. Situações que são grandes desafios para a qualidade do ensino, sendo perceptíveis nos trechos das entrevistas:

(...) sim, aumentou. Minha carga de trabalho, na ead das outra IES, tinha uma carga de 40 horas contratadas, e na prática do dia a dia era 60 horas trabalhadas (Entrevistado C).

(...) sim! não dá, com mil alunos fica difícil dar atenção a trabalhos e outros. tive que virar noites (Entrevistado G).

(...) sim! tenho um tempo para interagir 24h e a demanda de trabalho é grande por via da quantidade de alunos (Entrevistado F).

Conforme apontado por Veloso e Mill (2018), Morais (2022) e Nascimento, Cruz e Moura (2023), na modalidade à distância, é comum que cada docente atenda a um número maior de estudantes, devido à ampla cobertura proporcionada pela tecnologia e à independência em relação a um espaço físico específico. Neste ponto, sob o olhar dos entrevistados, destacaram-se os trechos:

(...) na Ead desde 2009, já cheguei a ter 1200 alunos mais não tenho uma ideia de média, já tive 36 turmas online (Entrevistado C).

(...) tive o ápice 800, em média hoje tive que reduzir para entrada dos doutores na graduação, hoje atuo com uns 300 alunos (Entrevistado D)

(...) já tive cerca de mil alunos, neste semestre atual “2023.2” foi bem reduzido, hoje tenho 100 alunos (Entrevistado G)

Também é necessário divagar sobre a perda de autonomia do professor na modalidade do ensino à distância, abrangendo o controle sobre o currículo, a escolha dos materiais didáticos e os critérios de avaliação e metas a serem alcançadas, conforme ressaltado por Moura et al (2019). Assim sendo, sobre a perda de autonomia do professor na modalidade do ensino à distância, todos os entrevistados concordaram que há essa situação, apontando que uma das principais causas seria o engessamento do conteúdo, automatização de avaliação, assim como as provas objetivas e trabalhos. Neste ponto, destacaram-se os seguintes trechos:

(...) Em sala de aula, ficamos presos a prova que é corrigida pelo sistema de forma automática, a prova é pré-elaborada e colocada no sistema pelo conteudista ou professor responsável, não temos contato com a mesma. Neste ponto, perdemos um pouco o espaço para correção de atividades (Entrevistado C)

(...) sim! Em sala de aula principalmente como falta de autonomia com provas e conteúdos (Entrevistado D)

(...) na autonomia do trabalho, creio que o professor ainda é o protagonista, mas diminuiu bastante como correções automáticas em provas e trabalhos (Entrevistado G)

Com os dados coletados, fica evidente traços de precarização no escopo docente, ainda sim, a educação à distância foi uma modalidade adotada como ferramenta para promover medidas neoliberais na educação, resultando na mercantilização do ensino, simplificação das formações e estímulo a parcerias público-privadas. Assim, a educação à distância se tornou numa fonte lucrativa, a galinha dos ovos de ouro para o capital, acumulando cada vez mais sobre os bens sociais, conforme explicitado por Calderón (2000).

Sobre o modelo pedagógico de ensino e aprendizado no modelo à distância, foi perguntado aos entrevistados se atualmente, coloca-se como bem definido nas IES privadas em que trabalham.

Conforme a análise dos dados coletados, dos oito entrevistados, sete alegam que o modelo está bem definido, em alguns casos, podendo melhorar. O modelo pedagógico na educação à distância abrange um conjunto de premissas teóricas, as quais delinham a abordagem curricular e orientam as práticas de ensino, incluindo interações entre professores, alunos e conteúdo, tal como destacado por Moura et al (2019) e Veloso e Mill (2018).

O modelo pedagógico na modalidade à distância é composto por uma variedade de variáveis e elementos, cada qual contribuindo para sua estrutura, sendo fundamentados em paradigmas específicos e se alinham a uma ou mais teorias educacionais que guiam o processo de aprendizagem, conforme destacado por Gemelli e Closs (2023) e Bechi (2011).

Os trechos a seguir trouxeram posicionamentos sobre a boa estruturação do ensino à distância nas IES privadas, sendo:

(...) tem um bom projeto teórico, visto que foca no semipresencial e no ensino à distância, a IES B trabalha no semi e as disciplinas são por circuito e não todas ao mesmo tempo, opera no modelo de massa (Entrevistado C)

(...) Dentro da ideia da ead, que vc tem um momento de interação, tem material para leitura e outros, respondo para você que está no padrão (Entrevistado D)

(...) então da IES A, creio que sim, tem conteúdo e é bem alinhado com professores e outros, na IES D é um conteúdo bem básico apenas para garantir o diploma ou certificado do aluno. Projeto e metodologia não pode ser um pacote que pode ser aproveitado em diversos cursos (Entrevistado G)

Certamente, a educação evidencia um processo social, lida, cria e reproduz a sociabilidade humana. Inclusive, muda histórias de vida, criando perspectivas e vivências devido aos novos saberes. Uma conjuntura de grande responsabilidade para o docente. Isto porque, é docente quem semeia os saberes dos alunos, para, quiçá, fazê-los evoluir culturalmente e profissionalmente.

Diante do exposto, é inegável a influência da mercantilização do ensino superior na precarização do trabalho docente, especialmente nas instituições de ensino privadas. A busca pelo lucro muitas vezes se sobrepõe à qualidade acadêmica, levando as instituições a adotarem práticas que comprometem a autonomia dos professores, a sobrecarregá-los com uma quantidade excessiva de alunos e a reduzir seus direitos trabalhistas.

A modalidade de ensino à distância, em particular, tem sido alvo de intensos debates sobre sua contribuição para a precarização do trabalho docente. A busca por maior lucratividade muitas vezes também resulta na simplificação dos conteúdos, na perda de autonomia dos professores e na intensificação da carga de trabalho, afetando não apenas a qualidade do ensino, mas também a saúde física e emocional dos docentes.

Haja vista, que o trabalho docente representa um elemento importante, não só para qualificar futuros profissionais, mas também para conceber indivíduos com senso crítico e com valorização social, tal como destacado por Martins e Duarte (2010) e Antunes (2005).

4.3 Confrontando questionário e entrevistas

No tocante ao cruzamento da pesquisa quantitativa e qualitativa, conclui-se que os resultados são similares, no que tange à categoria de pesquisa, o profissional de Educação e sua desvalorização, tratando da precarização do docente a partir de seus próprios olhares

Na pesquisa sobre a precarização do ensino superior existe um consenso sobre a modalidade à distância, no âmbito quantitativo, (46%) dos entrevistados concordam parcialmente e outros (31%) concordam totalmente que o ensino foi precarizado pela modalidade. Já nas entrevistas, as falas também endossam a precarização na educação à distância. Neste ponto os resultados corroboram afirmando que o modelo precarizou o ensino. Conforme os estudos de André, Silva e Nascimento (2019), assim como as pesquisas de Morais (2022).

Neste escopo, elementos como a intensidade de trabalho, perda de direitos e perda de autonomia de trabalho constata causas da precarização, sendo uma verdade verificada tanto na pesquisa quantitativa, quanto na qualitativa,

corroborando com o trabalhos de Moraes (2022), Mancebo, Maués e Chaves (2006) e Veloso e Mill (2018).

Na pesquisa quantitativa, os entrevistados remetem à modalidade Ead como um elemento positivo para educação, contribuindo para expansão da educação e ampliando a inclusão de classes. No âmbito qualitativo alguns trechos de entrevistados corroboram com este ponto:

(...) vejo como uma oportunidade de ensino para pessoas que não tem acesso, aumentando a oferta para pessoas que não tinham condições, em matéria de valores e localidade. se pensar assim foi benéfico.
(Entrevistado G)

Apesar de ser benéfica neste contexto, a educação à distância é um reflexo evidente do fenômeno de mercantilização presente no ensino superior, contribuindo significativamente para a precarização das condições de trabalho dos professores. Colaborando com os estudos de Calderón (2000), Oliveira e Santos (2022), Oyama (2012), Cruz e Paula (2018) e Carvalho (2013). No contexto qualitativo, conforme exposto por entrevistado:

(...) poucas instituições visam a qualidade e hoje a grande maioria visa quantidade de alunos em sala, produtividade e lucratividade” (Entrevistado D).

(...) sim, toda IES é assim, tem que ter lucro, agora as mais sérias vão procurar lucro com qualidade (Entrevistado G).

Um elemento que corrobora com o relato dos pesquisados é o número de alunos por professor no âmbito do trabalho online, cerca de 6% dos entrevistados lecionam para até 1000 alunos, e 5% lecionam para mais de 1000 alunos, dando ênfase a elementos como intensidade do trabalho, mercantilização do ensino como exposto por Calderón (2000), Cruz e Paula (2018) e Carvalho (2013).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A precarização docente no ensino superior na modalidade EAD é um tema de extrema relevância que merece atenção e reflexão. À medida que a educação à distância continua a expandir-se, é fundamental considerar os impactos que essa modalidade de ensino abrange sobre os professores. O estudo empreendido trouxe componentes importantes relacionados com a situação de precarização do trabalho dos docentes nas IES privadas.

Em primeira instância, o estudo destacou como o ensino superior se transformou no Brasil, sobretudo no que tange a mercantilização dele. Sendo a partir da década de 1990 o ensino superior passou a ser um negócio, o qual se foca na lucratividade, sendo os alunos tidos como clientes. Contexto mercantilista que favoreceu o aumento contínuo de matrículas no ensino superior, sobretudo com o advento da modalidade do ensino à distância, a qual ainda acarretou maior lucratividade e menos custos para as IES privadas.

Conforme palavras do ministro da educação Camilo Santana, o cenário da educação a distância é “alarmante e desafiador”, todavia, nesta conjuntura descrita, não sendo favorável ao docente, que passou a ter sobrecarga de trabalho, acumular funções e insegurança laboral. Passando, portanto, o docente do ensino superior na modalidade do ensino à distância a ter instabilidade e excessos no ambiente de trabalho, perdendo dignidade social e tendo sua saúde afetada.

Conclui-se, assim, que o modelo de ensino superior na educação à distância precarizou o trabalho docente, enfraquecendo inclusive o seu potencial de agente promovedor de saberes. Uma constatação que pode ser explorada em nova empreitada acadêmica, utilizando, para tanto, foco nos possíveis posicionamentos para abrandar a condição de precarização do trabalho docente no ensino à distância em IES privadas.

O Plano Nacional de Educação em revisão coloca em destaque uma preocupação iminente: a distância entre a meta estabelecida em 2013, que almejava alcançar 33% da faixa etária de 18 a 24 anos matriculada no ensino superior até 2024, e o atual progresso, que atinge apenas 24%. Esse cenário é ainda agravado pela redução de 40 mil professores no sistema educacional.

Diante desse panorama, emerge uma inquietação crucial sobre o futuro do

ensino superior. Como assegurar a qualidade da educação diante do avanço dos oligopólios educacionais e da crescente precarização das condições de trabalho dos docentes? Tais questionamentos demandam uma análise profunda e medidas urgentes para lidar com os desafios que comprometem a excelência e a equidade no cenário educacional brasileiro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBAN, Mayra; MAURICIO, David. Predicting university dropout through data mining: a systematic literature. *Indian Journal of Science and Technology*, v. 12, n. 4, p. 1–12, 2019.

ANDRÉ, R. G.; SILVA, R. O.; NASCIMENTO, R. P. Precário não é, mas eu acho que é escravo: Análise do Trabalho dos Motoristas da Uber sob o Enfoque da Precarização. **RECADM**, v. 18, n. 1, p. 7-34, Jan-Mar/2019.

Anderson, Perry. “**Balanco do neoliberalismo**”. In: Sader, Emir; Gentili, Pablo (orgs.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, pp. 9-23.

ANTUNES, R. **O caracol e sua concha**. São Paulo: Boitempo, 2005.

ANTUNES, R. **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006.

ANTUNES, R.; PRAUN, L. A sociedade dos adoecimentos no trabalho. **Serviço Social & Sociedade**, v. 123, p. 407-427, 2015.

AQUINO, C. A. B. Precarização, neoliberalismo e questão social: reverberações sobre os modos de trabalho no nordeste brasileiro. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, v. 23, n. 1, p. 51-63, 2020.

ARAÚJO, R. S.; JEZINE, E. A expansão da educação à distância no Brasil e as contradições entre capital e trabalho. **Revista Internacional de Educação Superior**, v. 7, p. e021041, 2021.

BECHI, D. Mercantilização do ensino superior: os desafios da universidade diante do atual cenário educacional. **Acta Scientiarum Education**, v. 33, n. 1, p. 139-147, 2011.

BENINI, E. G.; FERNANDES, M. D.; PETEAN, G. H.; PENTEADO, R. C.; MAGNIN, L. S. L. T. Educação em tempos de crise: educação à distância como forma de desvalorização do trabalho. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 18, n. 3, p. 1-15, 2020.

BIELSCHOWSKY, C. E. Tendências de precarização do ensino superior privado no Brasil. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v. 36, n. 1, p. 241-271, jan/2020.

BRASIL. **Censo da Educação Superior 2021**. Brasília: Ministério da Educação/INEP, 2022. Disponível em: <https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2021/apresentacao_censo_da_educacao_superior_2021.pdf>. Acesso em: 10 Jan. 2024.

BRASIL. **Censo da Educação Superior 2022**. Brasília: Ministério da Educação/INEP, 2023. Disponível em:

<https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2022/apresentacao_censo_da_educacao_superior_2022.pdf>. Acesso em: 10 Jan. 2024.

BRASIL. Decreto nº 9.057 de 2017. **Diário Oficial da União**, 18/12/2017b. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9057.htm#art24>. Acesso em: 10 jan. 2024.

BRASIL. Lei nº 10.172 de 2001. **Diário Oficial da União**, 10/01/2001. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm>. Acesso em: 10 jan. 2024.

BRASIL. Lei nº 4.024 de 1961. **Diário Oficial da União**, 27/12/1961. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4024.htm>. Acesso em: 10 jan. 2024.

BRASIL. Lei nº 5.540 de 1968. **Diário Oficial da União**, 03/12/1968. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5540.htm>. Acesso em: 10 jan. 2024.

BRASIL. Lei nº 5.540 de 1968. **Diário Oficial da União**, 03/12/1968. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5540.htm>. Acesso em: 10 jan. 2024.

BRASIL. Lei nº 9.192 de 1995. **Diário Oficial da União**, 22/12/1995. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9192.htm#art1>. Acesso em: 10 jan. 2024.

BRASIL. Lei nº 9.235 de 2017. **Diário Oficial da União**, 18/12/2017a. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9235.htm#art107>. Acesso em: 10 jan. 2024.

BRASIL. Lei nº 9.394 de 1996. **Diário Oficial da União**, 23/12/1996. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm#art92>. Acesso em: 10 jan. 2024.

BRASIL. Resolução nº 466 de 2012. **Diário Oficial da União**, 13/12/2012. Disponível em: <<https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2024.

CALDERÓN, A. I. Universidades mercantis: a institucionalização do mercado universitário em questão. **Perspectiva**, São Paulo, v.14, n.1, jan./mar. 2000.

CARVALHO, C. H. A. A mercantilização da educação superior brasileira e as estratégias de mercado das instituições lucrativas. **Revista Brasileira de Educação**, v. 18, n. 54, p. 761-776, jul-set/2013.

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 1998.

COSTA, C. F.; GOULART, S. Capitalismo acadêmico e reformas neoliberais no ensino superior brasileiro. **Cad. EBAPE.BR**, v. 16, n. 3, p. 396- 409, Setembro. 2018.

COSTA, P. S. **Mercantilização do ensino superior**: uma revisão de literatura. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Ciências Biológicas). Orientadora Prof^a. Dr^a. Denise Grosso da Fonseca. Rio Claro: Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp), 2018.

CRUZ, A. G.; PAULA, M. F. C. **Capital e Poder a serviço da Globalização: os oligopólios da educação superior privada no Brasil**. 2018. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/aval/a/JGvSXBv43Fjj7jk4pzmwVWw/?format=pdf>>. Acesso em: 10 Jan. 2024.

CRUZ, J. R. **A institucionalização da EaD no contexto da educação profissional e tecnológica: o caso do IF Goiano**. Tese (Doutorado em Educação). Orientadora Prof^a. Dr^a. Daniela da Costa Britto Pereira Lima. Goiânia: Universidade Federal de Goiás (UFG), 2022.

Duménil, Gérard; Lévy, Dominique. **A crise do neoliberalismo**. São Paulo: Boitempo, 2014.

FRANCO, T.; DRUCK, G.; SELIGMANN-SILVA, E. As novas relações de trabalho, o desgaste mental do trabalhador e os transtornos mentais no trabalho precarizado. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, v. 35, n. 122, p. 229-248, 2010.

GEMELLI, C. E.; CLOSS, L. Precarização do Trabalho Docente de Ensino Superior em IES Privadas Brasileiras. **Brazilian Business Review - BBR**, v. 20, n. 3, p. 339-361, May-Jun/2023.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 Ed. São Paulo, SP: Atlas, 2008.

Harvey, David. **O neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Loyola, 2008.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5 Ed. São Paulo: Editora Atlas, 2003.

LINHART, D. Modernização e Precarização da Vida no Trabalho. In: ANTUNES, R. (org). **Miséria e Riqueza do Trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014. p. 45-54.

MANCEBO, D.; MAUÉS, O.; CHAVES, V. L. J. (2006). Crise e reforma do Estado e da universidade brasileira: implicações para o trabalho docente. **Educar**, n. 28, p. 37-53, 2006.

MARTINS, L. M.; DUARTE, N. **Formação de professores**: limites contemporâneos e alternativas necessárias. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

MINAYO, M. C. S. **O Desafio do Conhecimento**: Pesquisa Qualitativa em Saúde. 10. ed. São Paulo: HUCITEC, 2007.

MORAIS, A. M. Precarização da docência do ensino superior: flexibilização e intensificação do trabalho docente. **Revista Desenvolvimento Social**, v. 28, n. 2, p. 204-225, jul-dez/2022.

MOURA, J. S.; RIBEIRO, J. C. O. A.; CASTRO NETA, A. A.; NUNES, C. P. (2019). A precarização do trabalho docente e o adoecimento mental no contexto neoliberal. **Revista Profissão Docente**, v. 19, n. 40, p. 1–17, 2019.

MOURA, R. G.; SANTOS, V. L.; NASCIMENTO, R. P. A reforma trabalhista e os seus impactos no ensino superior privado no Rio de Janeiro. **Rev. FSA**, Teresina PI, v. 19, n. 4, art. 2, p. 24-47, abr/2022.

NASCIMENTO, L. S.; CRUZ, A.G.; MOURA, A.C. Financeirização da educação superior, oligopólios educacionais e produtivismo acadêmico: contexto mercantil da Educação. **Trabalho Necessário**, v. 21, n. 45, p. 1-20, mai-ago/2023. Disponível em: <<https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/57340/34816>>. Acesso em: 10 Jan. 2024.

OIT, ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Perspectivas sociais e do emprego no mundo: Tendências 2023**. Jan/2023. Disponível em: <https://www.ilo.org/brasilia/noticias/WCMS_865502/lang--pt/index.htm>. Acesso em: 10 Jan. 2024.

OLIVEIRA, D. A. **Brasil: Las condiciones laborales de los profesores da Educación Básica**. Buenos Aires: Fund. Laboratório de Políticas Públicas, 2008.

OLIVEIRA, R.; SANTOS, P. P. O processo de mercantilização da Educação superior no Brasil e a negação da formação humana: uma análise crítica a partir de István Mészáros. **Revista Internacional de Educação Superior**, v. 9, p. e023046, 2022. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/riesup/article/view/8663773>>. Acesso em: 10 Jan. 2024.

OYAMA, E. R. O negócio da educação superior: da educação-mercadoria ao capital financeiro. In: RODRIGUES, José (Org.). **A universidade brasileira rumo à Nova América: pós-modernismo, shopping center e educação superior**. Niterói: EDUFF, 2012. p. 79-110.

PAULILO, M. A S. A pesquisa qualitativa e a história de vida. **Serviço Social em Revista**, v. 2, n. 2, p. 135-148, jul-dezq/1999.

PENTEADO, R. Z.; COSTA, B. C. G. D. Trabalho Docente Com Videoaulas Em Ead: Dificuldades De Professores E Desafios Para A Formação E A Profissão Docente. **Educação em Revista**, v. 37, P. E236284, 2021.

RABELO, Luciana Maria Guimarães; BARBOSA, Cristiane Diniz. Precariedade, condições de trabalho, terceirização. In: Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades, Niterói. Rio de Janeiro. 2012.

REIS, B. M.; CECÍLIO, S. Precarização, trabalho docente intensificado e saúde de professores universitários. **Trabalho & Educação**, v. 23, n. 2, p. 109–128, 2014.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1999.

ROMANELLI, G.; BIASOLI-ALVES, Z. M. M. **Diálogos metodológicos sobre a prática de pesquisa**. Ribeirão Preto: Legis Summa, 1998.

SCHNEIDER, E. M.; FUJII, R. A. X.; CORAZZA, M.J. Pesquisas quali-quantitativas: contribuições para a pesquisa em ensino de ciências. **Revista Pesquisa Qualitativa**, v.5, n.9, p. 569-584, dez. 2017.

SEMESP, SINDICATO DAS MANTENEDORAS DE ENSINO SUPERIOR. **Mapa do Ensino Superior no Brasil 2023**. 13ª Ed. São Paulo: SEMESP, 2023. Disponível em:

<<https://www.semesp.org.br/wp-content/uploads/2023/06/mapa-do-ensino-superior-no-brasil-2023.pdf>>. Acesso em: 10 Jan. 2024.

SGUISSARDI, V. Modelo de expansão da educação superior no Brasil: predomínio privado/mercantil e desafios para a regulação e a formação universitária. **Revista Educação e Sociedade**, v. 29, n. 105, p. 991-1022, set-dez/2008.

SOUZA, J. A. E. **Financeirização da educação superior privado-mercantil e sua (não) legalidade**. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas Educacionais). Orientadora Profª. Drª. Fabíola Bouth Grello Kato. Belém: Universidade Federal do Pará (UFPA), 2018.

STANDING, G. **O precariado: a nova classe perigosa**. Tradução Cristina Antunes. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

VELOSO, B. G.; MILL, D. Precarização do trabalho docente na educação à distância: elementos para pensar a valorização da docência virtual. **Educação em Foco**, v. 23, n. 1, p. 111-132, 2018.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 11 Ed. São Paulo: Atlas, 2009.

WRESINSKI, J. Grande Pauvreté et précarité économique et sociale: rapport presente au Conseil économique et social française. **Journal Officiel de la Republic Française**, v. 6, p. 1-104, Fev/1987. Disponível em: <<https://www.lecese.fr/sites/default/files/pdf/Rapports/1987/Rapport>

[WRESINSKI.pdf](#)>. Acesso em: 10 Jan. 2024.

YIN, R.K. **Estudo de Caso: planejamento e métodos**. Ed. São Paulo: Bookman, 2015.

APÊNDICE 1

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu _____, CPF _____
_____, RG _____, depois de conhecer e entender os objetivos, procedimentos metodológicos, riscos e benefícios da pesquisa, bem como de estar ciente da necessidade do uso de minha imagem e/ou depoimento, especificados no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), AUTORIZO, através do presente termo, o pesquisador Nelson Soeiro Araujo Junior da dissertação intitulada **“A precarização no ensino superior: Uma análise sobre o trabalho docente à distância”** a colher dados com minha participação no estudo aqui descrito, sem quaisquer ônus financeiros a nenhuma das partes.

Rio de Janeiro, __ de _____ de 2023.

Pesquisador responsável pelo projeto
Nelson Soeiro Araujo Junior

Participante da Pesquisa

Se você quiser receber o resultado e o(s) trabalho(s) resultante(s) desta pesquisa, por favor, escreva o seu endereço eletrônico abaixo:

APÊNDICE 2**QUESTIONÁRIO COM QUESTÕES OBJETIVAS**

- Questão 1** Qual a sua idade? 24 anos ou menos
 25 à 70
 Acima de 71 anos
- Questão 2** Qual o seu gênero? Feminino
 Masculino
 Prefiro não dizer
- Questão 3** Quantos anos de experiência possui em docência no ensino superior Até 1 ano
 Entre 2 ano e 3 anos
 Entre 4 anos e 5 anos
 Entre 6 anos e 7 anos
 Entre 8 anos e 10 anos
 Mais de 11 anos
- Questão 4** Quantos anos de experiência possui em ensino a distância? Até 1 ano
 Entre 2 ano e 3 anos
 Entre 4 anos e 5 anos
 Entre 6 anos e 7 anos
 Entre 8 anos e 10 anos
 Mais de 11 anos
- Questão 5** Qual a sua formação acadêmica? Graduação
 Especialização MBA
 Mestrado
 Doutorado
 Pós-Doutorado
- Questão 6** Qual o cargo que ocupa no ensino a distância atualmente? Coordenador
 Tutor
 Professor
 Professor e Coordenador
 Professor, coordenador e tutor
- Questão 7** Quantos vínculos empregatícios possui no ensino superior privado? 1 vínculos
 2 vínculos
 3 vínculos

- () Mais de 3 vínculos
() Não possui vínculos
- Questão 8** Qual o tipo de vínculo empregatício possui?
() apenas com CLT
() apenas contrato temporário
() CLT e contrato temporário;
() sem vínculo empregatício
- Questão 9** Quantas horas trabalha semanalmente?
() Até 12 horas semanais
() Até 16 horas semanais
() Até 20 horas semanais
() Até 24 horas semanais
() Até 32 horas semanais
() Até 40 horas semanais
() Não possuo carga horária atualmente
- Questão 10** Em média, semestralmente você é responsável por lecionar para quantos alunos?
() Até 100 alunos
() Até 300 alunos
() Até 500 alunos
() Até 700 alunos
() Até 1000 alunos
() Mais de 1000 alunos
() Não possuo alunos
- Questão 11** Você considera que a educação a distância tem influência positiva no ensino superior?
() discordo totalmente
() discordo parcialmente
() não concordo, nem discordo
() concordo parcialmente
() concordo totalmente
- Questão 12** Você considera que a educação a distância ampliou a inclusão das classes C e D no ensino superior?
() discordo totalmente
() discordo parcialmente
() não concordo, nem discordo
() concordo parcialmente
() concordo totalmente
- Questão 13** Você considera que o modelo pedagógico que você trabalha está bem definido para o ensino a distância?
() discordo totalmente
() discordo parcialmente
() não concordo, nem discordo
() concordo parcialmente
() concordo totalmente
- Questão 14** Você considera que a intensidade de trabalho aumentou na modalidade ensino a distância?
() discordo totalmente
() discordo parcialmente
() não concordo, nem discordo
() concordo parcialmente
() concordo totalmente
- Questão** Você considera que a modalidade a () discordo totalmente

- 15** distância precarizou o ensino superior? discordo parcialmente
 não concordo, nem discordo
 concordo parcialmente
 concordo totalmente
- Questão 16** Você considera que a modalidade a distância trouxe perda de direitos aos docentes? discordo totalmente
 discordo parcialmente
 não concordo, nem discordo
 concordo parcialmente
 concordo totalmente
- Questão 17** Você considera que a modalidade a distância trouxe perda de autonomia no trabalho? discordo totalmente
 discordo parcialmente
 não concordo, nem discordo
 concordo parcialmente
 concordo totalmente

APÊNDICE 3

ROTEIRO DAS ENTREVISTAS

CATEGORIA 2: *O ensino superior como um produto: A mercantilização do ensino e suas facetas na precarização dos docentes*

- 1- Conte-me um pouco sobre a sua trajetória profissional.
- 2- Qual a sua idade?
- 3 - Quanto tempo você atua no ensino superior?
- 4 - Quanto tempo você atua no ensino superior presencial e ensino a distância?
- 5 - Em quantas instituições de ensino superior já trabalhou ou trabalha?
- 6 - Qual é “era” em geral a sua carga horária semanal de trabalho?
- 7 - Você considera que as instituições de ensino superior perderam um pouco a qualidade do ensino em detrimento da lucratividade e ganhos financeiros.
- 8 - Você considera que o crescimento de modalidades como o semipresencial e o ensino a distância ampliaram o conceito da mercantilização do ensino “O ensino como um produto”

CATEGORIA 1: *O profissional de educação e sua desvalorização: A precarização do docente a partir de seus próprios olhares*

9. Você possui um contrato formal de trabalho? Onde?
10. No seu trabalho, você considera que seus direitos trabalhistas são respeitados em todas as condições?
11. Quando eles não são respeitados?
12. Você considera seu trabalho precário?
13. Você acha a sua remuneração justa? Por quê?
14. O que poderia melhorar em relação à remuneração?
15. Você já ficou desempregado(a)?
16. Você já teve que mudar de profissão para conseguir um emprego?
17. Por que você escolheu a carreira docente?
18. A carreira docente é sua segunda atividade?
19. O que o trabalho representa atualmente para você?
20. Você se cobra muito no trabalho?

21. Você tem facilidade de negociação para se ausentar do trabalho para resolver algum problema?
22. Você sente às vezes uma sobrecarga gerada pelo trabalho?
23. Como ocorre essa sobrecarga? Afeta sua vida pessoal essa sobrecarga? Como?
24. Você já adoeceu por razões ligadas ao trabalho?
25. Você já recorreu a algum tipo de medicamento para amenizar a sobrecarga do trabalho?